

NAVEGANDO EM UM MUNDO PRECÁRIO

FMI
RELATÓRIO ANUAL
2026



**Apesar dos desafios
decorrentes de choques
geopolíticos, dos
conflitos em curso e de
grandes mudanças no
sistema comercial global,
o último ano foi marcado
pela resiliência.**



Apesar dos desafios decorrentes de choques geopolíticos, dos conflitos em curso e de grandes mudanças no sistema comercial global, o ano de 2025 foi marcado pela resiliência. Graças à agilidade do setor privado, ao apoio das políticas fiscal e monetária e aos investimentos destinados à tecnologia,

As

o crescimento global se manteve e a inflação continuou a cair. Esses fatores ocasionaram uma ligeira revisão para cima nas previsões de crescimento global do FMI no início de 2026.

A partir do fim de fevereiro, a guerra no Oriente Médio mudou consideravelmente essa trajetória.

Embora as perturbações relacionadas ao conflito tenham sido sentidas mais diretamente naquela região, o choque na oferta de energia e de outras commodities – assim como os impactos

perspectivas

nas cadeias de suprimentos mais amplas – causaram dificuldades significativas muito além daquela área. O novo choque ocorreu em um momento em que a dívida pública global já estava próxima de patamares recordes.

No médio prazo, as perspectivas de crescimento continuam pressionadas por desafios estruturais, como o envelhecimento da população em grande parte do mundo – mesmo sem contemplarmos outros choques. Contudo, as atuais políticas fiscais favoráveis e o investimento privado podem ajudar a economia a vencer essas dificuldades, e os potenciais ganhos de produtividade em virtude da inteligência artificial apontam para a perspectiva de o mundo entrar em uma trajetória de crescimento mais elevada.

globais

mudam

O FMI está ajudando os países membros a navegar por essas correntes contrárias – para aproveitarem oportunidades e administrarem riscos – por meio de uma oferta adaptada de assessoria em políticas, desenvolvimento das capacidades e financiamento.

Mensagem da Diretora-Geral

Caros leitores,

A economia global continua demonstrando resiliência diante de choques cada vez mais frequentes e sobrepostos. Neste ano, foi a guerra no Oriente Médio que restringiu o crescimento, pressionou a inflação e prejudicou o abastecimento de commodities essenciais. Se não fosse pela agilidade do setor privado, impulsionado por investimentos em IA e pela formulação rigorosa de políticas, a situação poderia ter sido bem pior.

No entanto, a incerteza se mantém alta e as perspectivas de médio prazo são moderadas. É mister retomar uma trajetória rumo a um maior crescimento econômico e, ao mesmo tempo, aumentar a resiliência a um mundo propenso a choques.

A estabilidade financeira e de preços é primordial. Graças a quadros de políticas sólidos e instituições fortes, ela está atuando como um pilar da resiliência. O desafio fiscal é que se torna cada vez mais agudo. As autoridades fiscais ainda dispõem de ferramentas de que podem lançar mão, mas é preciso escolher com sabedoria. As políticas estruturais também são um caminho crucial para construir um crescimento, uma flexibilidade e uma resiliência mais duradouros.

Nesse contexto, a inteligência artificial constitui uma oportunidade e uma ameaça. Para aproveitar a oportunidade, os países podem ajudar os trabalhadores a se requalificarem e as empresas a aproveitarem os potenciais ganhos de produtividade. Para fazer face à ameaça, é imprescindível fortalecer a resiliência cibernética.

Enquanto os nossos países membros navegam pelas correntes contrárias da atualidade, o FMI está ao lado deles, diferenciando o seu apoio para atender às necessidades de cada um. Isso abrange assessoria clara e franca em matéria de políticas, assistência financeira adaptada e desenvolvimento das capacidades. Quer o desafio seja se orientar em um ambiente comercial em transformação, reduzir desequilíbrios ou aproveitar as oportunidades da era da inteligência artificial, o FMI atua como um espaço de cooperação e como uma linha de transmissão de boas políticas.

Com o apoio dos países membros, representados pela Diretoria Executiva, fortalecemos ainda mais o FMI ao longo do último exercício financeiro.

Para apoiar os países membros mais vulneráveis, estamos executando reformas no Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento acordadas em 2024. Agradecemos aos países membros que assumiram compromissos e apelamos aos demais para que apresentem garantias de mais recursos de subsídios, a fim de assegurar a capacidade de empréstimo autossustentada do Fundo.

Para apoiar todos os países membros, estamos fortalecendo nossas funções centrais por meio de revisões abrangentes: como fazemos a supervisão e as avaliações do setor financeiro; como determinamos o nível de endividamento sustentável para os países membros de baixa renda; como elaboramos os programas com os países; e como avaliamos os desequilíbrios globais e os seus impactos.

E a fim de zelar para que o FMI continue sendo inclusivo e represente todos os países membros, continuamos a instá-los a implementar a XVI Revisão das Quotas.

O Fundo está empenhado em aproveitar os nossos pontos fortes para atender às necessidades novas e em constante evolução dos países membros. Cada novo choque tão somente mostra com mais clareza o quanto estamos interconectados e o quanto os países membros podem se beneficiar ao unir o seu poder coletivo e trabalhar em conjunto com o Fundo Monetário Internacional para produzir resultados tangíveis.

Cordialmente,



KRISTALINA GEORGIEVA
Diretora-Geral



O que fazemos:

Apoiar o crescimento econômico e a prosperidade

O FMI busca ajudar os seus 191 países membros a alcançar ou sustentar a estabilidade macroeconômica e promover o crescimento sustentável e a prosperidade de todos por meio das seguintes atividades:

SUPERVISÃO ECONÔMICA

138 EXAMES DA SOLIDEZ ECONÔMICA DOS PAÍSES

O FMI monitora o sistema monetário internacional e faz exames periódicos das políticas econômicas e financeiras dos países membros. Essas atividades são conhecidas como “supervisão”. Como parte desse trabalho, executado em escala nacional e mundial, a instituição destaca os possíveis riscos à estabilidade e recomenda ajustes nas políticas. Essas atividades de supervisão culminam em consultas regulares (normalmente anuais) com cada país membro, denominadas consultas nos termos do Artigo IV. No caso de sistemas financeiros de importância sistêmica, o FMI também conduz regularmente análises detalhadas e individuais no âmbito do Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP).

CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS

UM TOTAL DE US\$ 40 BILHÕES PARA 18 PAÍSES, SENDO CERCA DE US\$ 2 BILHÕES PARA NOVE PAÍSES DE BAIXA RENDA

O FMI disponibiliza financiamento aos países membros que enfrentem necessidades efetivas, potenciais ou previstas de financiamento do balanço de pagamentos para ajudá-los a resolver os seus problemas do balanço de pagamentos, ao mesmo tempo em que promovem um crescimento econômico robusto. Por meio do seu Fundo Fiduciário para a Resiliência e Sustentabilidade (RST), o financiamento do FMI também ajuda a reforçar a estabilidade futura do balanço de pagamentos dos países membros. Embora a maior parte dos recursos se destine a apoiar um programa, o FMI também oferece financiamento de emergência com desembolso rápido e condicionalidade limitada; esse tipo de financiamento foi disponibilizado em níveis sem precedentes após o início da pandemia de COVID-19.

DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES

US\$ 400 MILHÕES PARA A ASSESSORIA TÉCNICA PRÁTICA, FORMAÇÃO CENTRADA NAS POLÍTICAS E APRENDIZAGEM ENTRE PARES

O FMI colabora com os países para fortalecer as suas instituições econômicas, oferecendo assistência técnica e formação em temas da economia de importância crítica que se enquadram nas suas competências centrais. Esse trabalho ajuda os países a implementar políticas mais eficazes para a economia e o setor financeiro e a enfrentar desafios complexos. O FMI compartilha os seus conhecimentos – e os dos seus países membros – com instituições governamentais como ministérios das finanças, bancos centrais, institutos de estatística, órgãos de supervisão financeira e autoridades tributárias, por meio de assessoria prática, formação e aprendizagem entre pares. As atividades de desenvolvimento das capacidades (DC) do FMI são ministradas de forma presencial e remota por funcionários do FMI, consultores residentes em missão de longo prazo nos países, consultores em um dos 17 centros regionais de desenvolvimento das capacidades e especialistas de curto prazo, bem como por meio de formação em sala de aula, *workshops* e seminários práticos, e cursos on-line.

O que fazemos continua na página 24

Filipinas





Quem somos:

Movidos por conhecimentos globais e um propósito comum

A equipe da Direção-Geral e os 18 departamentos do FMI trabalham com os países e realizam atividades analíticas, técnicas e relacionadas com questões de política, com o apoio de um quadro de funcionários de todo o mundo, que reflete a diversidade dos países membros. A lista dos altos funcionários do FMI consta da página 63, e o organograma da instituição pode ser consultado em [IMF.org](https://www.imf.org).

Quem somos continua na página 56

Sobre o FMI

O FMI busca promover o crescimento sustentável e a prosperidade de todos os seus 191 países membros. Para tanto, apoia políticas econômicas que promovam a estabilidade financeira e a cooperação monetária, fatores essenciais para aumentar a produtividade, a geração de empregos e o bem-estar econômico. O FMI é administrado pelos seus países membros, aos quais presta contas. Todos os países membros do FMI são representados na Diretoria Executiva da instituição, que debate as consequências nacionais, regionais e mundiais das políticas econômicas de cada país membro, aprova o financiamento do FMI para ajudar os países membros e supervisiona as iniciativas do FMI em matéria de desenvolvimento de capacidades.

Este *Relatório Anual* abrange as atividades da Diretoria Executiva, da Direção-Geral e do corpo técnico do FMI durante o exercício financeiro iniciado em 1º de maio de 2025 e findo em 30 de abril de 2026, salvo outra indicação. O conteúdo reflete as opiniões e deliberações sobre políticas da Diretoria Executiva do FMI, que participou ativamente da elaboração deste *Relatório Anual*.

O exercício financeiro do FMI começa em 1º de maio e termina em 30 de abril. As análises e considerações sobre política econômica expressas nesta publicação são aquelas da Diretoria Executiva do FMI. A unidade de conta do FMI é o direito especial de saque (DES); a conversão aproximada dos dados financeiros do FMI em dólares dos Estados Unidos é fornecida para a conveniência dos leitores. Em 30 de abril de 2026, a taxa de câmbio DES/US\$ era US\$ 1 = DES 0,728854, e a taxa de câmbio US\$/DES era DES 1 = US\$ 1,372020. No fim do exercício anterior (30 de abril de 2025) as taxas de câmbio eram US\$ 1 = DES 0,737401 e DES 1 = US\$ 1,356110. “Bilhão” = 1.000.000.000; “trilhão” = 1.000.000.000.000; as ligeiras diferenças entre os totais e a soma dos seus componentes se devem ao arredondamento. Neste *Relatório Anual*, o termo “país” não se refere em todos os casos a uma entidade territorial que constitui um Estado conforme o direito e as práticas internacionais. O seu emprego designa também algumas entidades territoriais que não são Estados, mas para os quais são mantidos dados estatísticos de forma separada e independente. As fronteiras, cores, denominações e outras informações apresentadas nos mapas não implicam qualquer juízo por parte do FMI sobre a situação jurídica de qualquer território ou o endosso ou aceitação de tais fronteiras.

O FMI tem três missões cruciais:

Supervisão econômica

Prestar assessoria aos países membros sobre a adoção de políticas para alcançar a estabilidade macroeconômica, acelerar o crescimento econômico e aliviar a pobreza.

Concessão de empréstimos

Disponibilizar financiamento aos países membros para ajudá-los a resolver problemas do balanço de pagamentos, como a escassez de divisas que ocorre quando os pagamentos externos superam as receitas em moeda estrangeira.

Desenvolvimento das capacidades

Oferecer assistência técnica e formação, quando solicitado, para ajudar os países membros a fortalecer as suas instituições econômicas para formular e implementar políticas econômicas sólidas.

O FMI tem sua sede na cidade de Washington e escritórios regionais em todo o mundo para promover o seu alcance global e estreitar os laços com os países membros. Para mais informações sobre o FMI e os seus países membros, visite [IMF.org](https://www.imf.org).

Em 30 de abril de 2026, a taxa de câmbio **US\$/DES** era

DES 1 = US\$ 1,372020

A taxa de câmbio **DES/US\$** era

US\$ 1 = DES 0,728854



Sumário

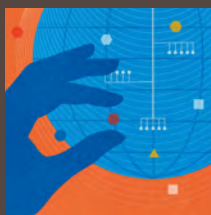
Em Foco

10



**FISCAL: PRESSÃO
CRESCENTE SOBRE
OS COFRES PÚBLICOS**

14



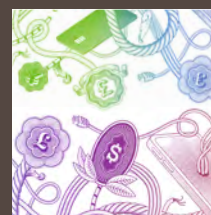
**IA: IMPLANTAÇÃO
E PERTURBAÇÃO**

17



**COMÉRCIO E
CRESCIMENTO:
RESILIÊNCIA
EM TESTE**

20



**NOVAS
FRONTEIRAS
PARA AS
FINANÇAS
DIGITAIS**

23

REUNIÕES ANUAIS DO FMI-GRUPO BANCO MUNDIAL DE 2026: BANGKOK, TAILÂNDIA



ยินดีต้อนรับ WELCOME

O que fazemos

24 Supervisão econômica

26 Concessão de empréstimos

40 Desenvolvimento das capacidades

54 Apoio do FMI em fóruns internacionais

Quem somos

60 Equipe da Direção-Geral

62 Diretores Executivos e Suplentes

64 Recursos

74 Prestação de contas e transparência

82 Responsabilidade social corporativa



PARTE 1

EM FOCO

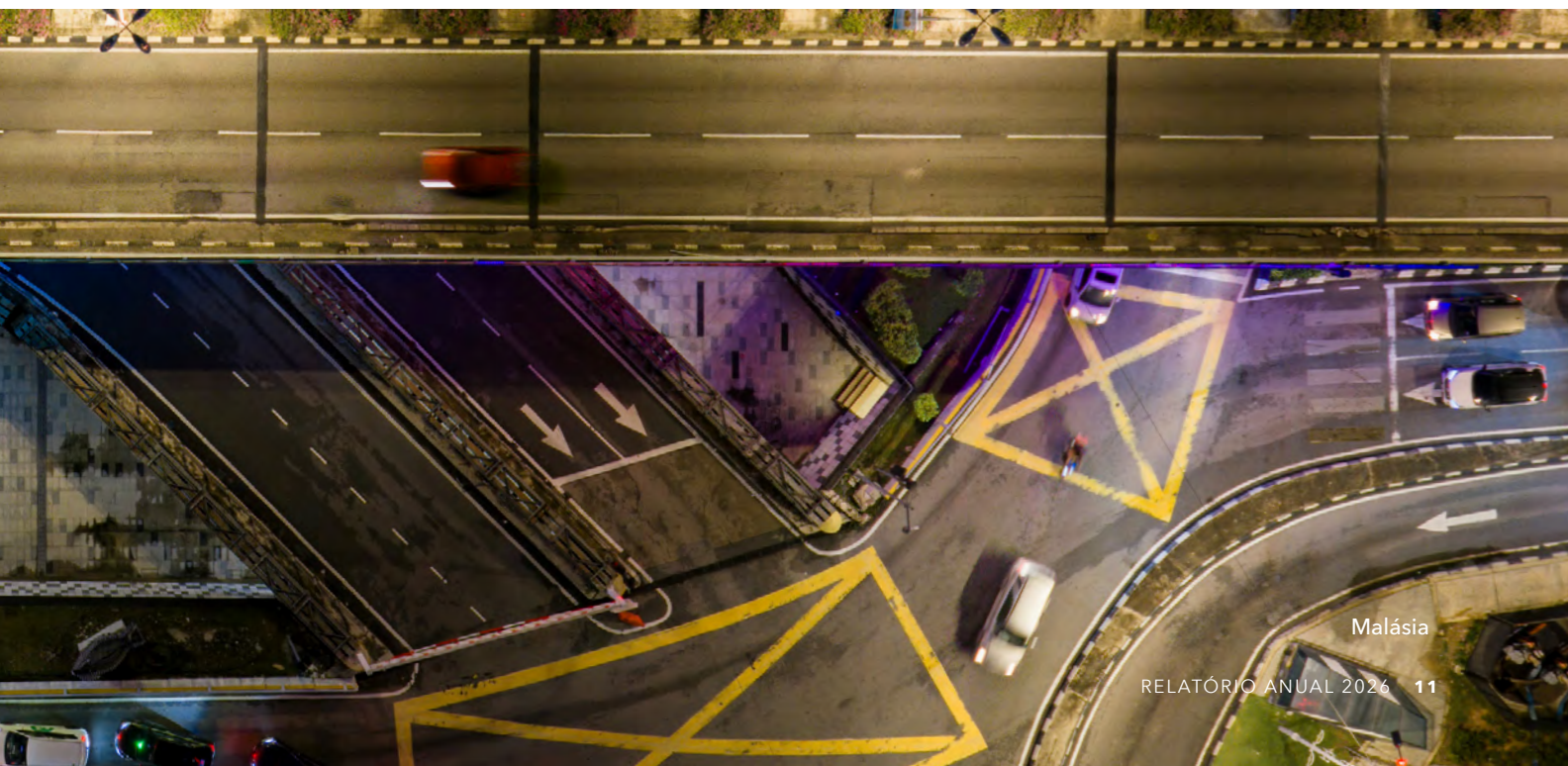
FISCAL: PRESSÃO CRESCENTE SOBRE OS COFRES PÚBLICOS



A dívida pública global está voltando a aumentar após uma breve queda em relação aos máximos históricos registrados durante a pandemia. A dívida já estava no rumo para atingir os níveis da época da Segunda Guerra Mundial até 2028, mesmo antes do início da guerra no Oriente Médio. O conflito está agravando as pressões fiscais ao causar um pico nos preços da energia, restringir as condições financeiras e desacelerar o crescimento, e não está claro por quanto tempo essas pressões vão perdurar. Os governos precisam fazer escolhas difíceis ao tentar limitar o impacto negativo da alta dos custos da energia e, ao mesmo tempo, preservar a margem orçamentária. A pressão é maior sobre

os países importadores de energia, especialmente os de baixa renda.

Os mercados de títulos reagiram a essa dinâmica na mesma proporção. Os rendimentos dos títulos soberanos de longo prazo subiram e se tornaram mais voláteis. Em apenas três anos, os pagamentos de juros aumentaram praticamente 50%, de cerca de 2% para quase 3% do PIB, isto é, trilhões de dólares em todo o mundo que não podem ser gastos em educação, infraestrutura ou outras prioridades urgentes. Esses custos se somam às novas necessidades de gastos com defesa, à medida que as incertezas comerciais e políticas são acompanhadas cada vez mais por preocupações com a segurança.





As vulnerabilidades fiscais também agravam os riscos à estabilidade financeira, gerando preocupações quanto à liquidez e perturbações nos mercados cambiais e em outros mercados financeiros. Grandes mutuários estão emitindo mais dívida de curto prazo para administrar os gastos com juros, mas isso os deixa mais expostos a mudanças repentinas nas condições de financiamento de curto prazo.

A emissão de mais dívida nas economias avançadas também tem efeitos globais, ao reduzir os recursos para investimento disponíveis para outros mutuários soberanos – enquanto os países de baixa renda precisam enfrentar cortes na assistência ao desenvolvimento.

O quadro fiscal é bastante preocupante em países de todos os níveis de renda. Nos casos em que subsídios discricionários à energia forem necessários e houver espaço fiscal, esse apoio deve ser temporário e bem direcionado. Isso contribuirá para um recuo da demanda de modo a se adequar à oferta global menor.

A partir de agora e até o médio prazo, é necessária uma rigorosa priorização fiscal, à medida que a demanda sobre os cofres públicos continua a crescer. Embora reformas permanentes das previdências públicas insustentáveis e dos subsídios regressivos aos combustíveis sejam difíceis, elas são essenciais para ajudar a liberar recursos para quitar a dívida e fazer investimentos transformadores.



A partir de agora e até o médio prazo, é necessária uma rigorosa priorização fiscal, à medida que a demanda sobre os cofres públicos continua a crescer.



Bélgica

Os países podem mobilizar receitas e criar espaço para modernizar a infraestrutura digital, a educação e as redes de segurança social – permitindo que se beneficiem da IA e, ao mesmo tempo, apoiem os trabalhadores deslocados. Podem também reforçar a resiliência a rupturas no comércio e no setor de energia – assim como a desastres naturais – e, ao mesmo tempo, reduzir a despesa total.

O FMI está ao lado de cada um dos países membros, ajudando as autoridades a se adaptarem aos choques globais contínuos e trabalhando com elas para que a política fiscal estabilize as suas economias. O FMI também ajuda a estabelecer processos, como análises do custo-benefício de projetos de investimento e orçamentos plurianuais,

para permitir que os recursos dos contribuintes sejam usados com eficiência para acelerar o crescimento.

Em países de baixa renda, os conhecimentos do FMI em mobilização de receitas têm ajudado a compensar o declínio da assistência ao desenvolvimento. O financiamento do FMI ajuda os países a superar crises imediatas e a reforçar a resiliência para o longo prazo.

Enquanto muitos países se preparam para o envelhecimento e a redução da população, e outros buscam educar e criar oportunidades para um maior número de jovens, o FMI continuará a apoiar as autoridades na execução de reformas estruturais difíceis para impulsionar o crescimento.



IA: IMPLANTAÇÃO E PERTURBAÇÃO

Os investimentos em tecnologia relacionados à inteligência artificial (IA) contribuíram cerca de 0,5 ponto percentual para o crescimento do PIB dos Estados Unidos em 2025. Além disso, o aumento da produtividade nos Estados Unidos se acelerou nos últimos anos, o que pode refletir, em parte, os primeiros impactos da adoção da IA. Os investimentos em IA impulsionados pelo setor privado poderiam superar os US\$ 2 trilhões em todo o mundo em 2026, de acordo com algumas estimativas externas, se tornando um dos fatores de crescimento que mais se expandiram nos últimos anos. A Diretoria Executiva do FMI está envolvida ativamente nos desdobramentos relacionados à IA e em suas implicações macroeconômicas.

À medida que os gastos globais se voltam para a implantação dessa tecnologia em todos os setores, os ganhos de produtividade impulsionados pela IA poderão se acelerar em uma ampla gama de setores e ocupações. A Ásia está buscando ativamente oportunidades no setor da IA. Com uma sólida infraestrutura digital, um alto nível de escolaridade e regulamentação voltada para o futuro, Singapura está no topo do índice de preparação para a IA elaborado pelo FMI. O Leste Asiático é um centro de desenho e fabricação de chips, enquanto o Sudeste Asiático está aproveitando sua força na indústria para também avançar na cadeia de valor.

Mas os riscos persistem. Cresce a preocupação de autoridades, famílias e empresas com a maneira como a IA transformará os mercados de trabalho: cada vez mais, ela pode eliminar empregos e reduzir os salários de certos segmentos da força de trabalho. Estudos do FMI mostram que pessoas com empregos que exigem habilidades relacionadas à IA ganham mais, porém cidades e regiões onde há mais desses empregos não estão registrando um crescimento geral do emprego. Os trabalhadores com habilidades relacionadas à IA estão se beneficiando, assim como pessoas em funções que requerem pouca qualificação, como funcionários de restaurantes, que atendem a pessoas de renda mais alta. Quem fica de fora são os trabalhadores de qualificação média, cujos empregos estão altamente expostos à automação.

Do ponto de vista das empresas, existe o risco de que o retorno de grandes investimentos em IA, cada vez mais financiados por dívida, possa se revelar ilusório. Isso poderia levar a uma forte reversão das avaliações das ações, à destruição de riqueza e a demissões.

Os trabalhadores com habilidades relacionadas à IA estão se beneficiando, assim como pessoas em funções que requerem pouca qualificação, como funcionários de restaurantes, que atendem a pessoas de renda mais alta. Ficam de fora os trabalhadores de qualificação média.

PARTE 1: EM FOCO

No ecossistema da IA, incluindo os hiperescaladores que constroem centros de dados e os fabricantes de chips, os acordos de financiamento circular – nos quais um pequeno grupo de empresas atua simultaneamente como clientes, investidores e financiadores umas das outras – aumentam os riscos de que problemas em uma empresa se espalhem em cascata para as demais. A Diretoria Executiva do FMI monitora regularmente esses riscos por meio da supervisão multilateral.

O FMI está ajudando os países membros a navegar por esse cenário em rápida evolução. O seu conjunto de índices de IA (relacionado à preparação nacional, à preparação em termos de habilidades e ao desequilíbrio de qualificações) ajuda cada país membro a entender os seus pontos fortes e fracos em áreas-chave da economia da IA, desde a capacitação da força de trabalho e a infraestrutura digital até o capital de risco e a regulamentação.

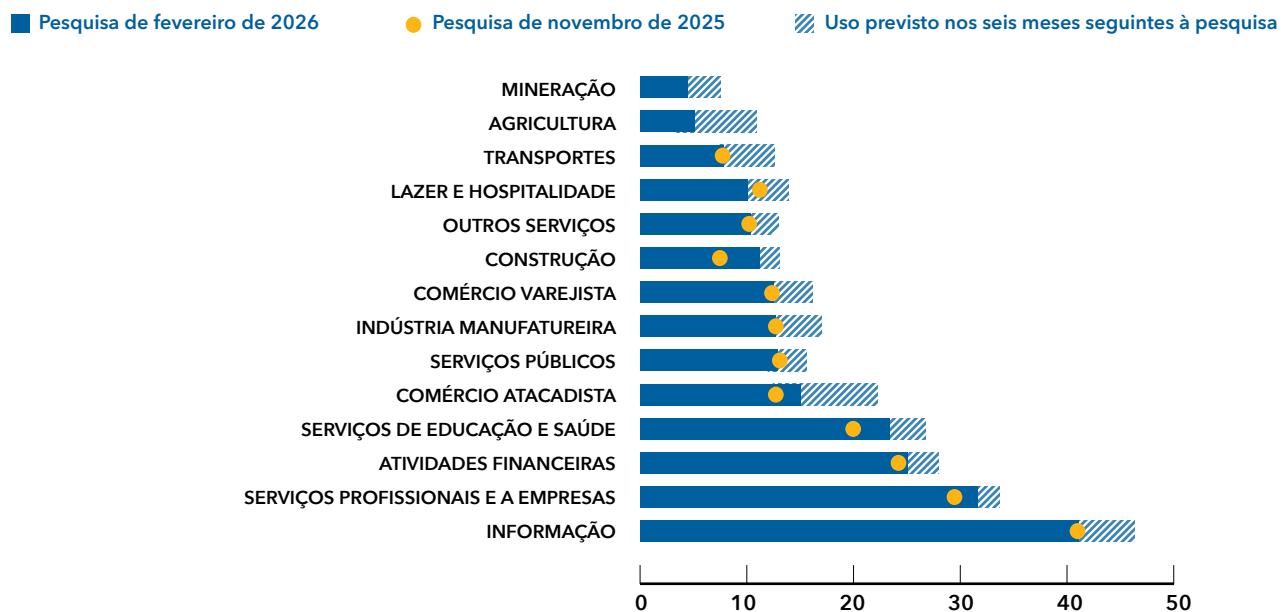
Esses índices fazem parte da análise do FMI sobre uma ampla gama de questões macrocríticas relacionadas à IA, como o impacto na produtividade

e no crescimento, os mercados de trabalho e as qualificações, a desigualdade entre países e dentro de cada país, os mercados financeiros, a energia e o clima, bem como as implicações em termos de políticas.

O FMI atua como um canal de transmissão de políticas favoráveis, e compartilha as lições aprendidas dos países que lideram essas áreas com aqueles que buscam avançar. Com uma compreensão matizada das condições de cada país, o FMI presta a assessoria personalizada em políticas estruturais que os países membros buscam: como ajudar os trabalhadores a enfrentar as transições decorrentes da IA nos diversos setores e como avaliar as possíveis implicações dessa tecnologia para o crescimento e a inflação e, em consequência, para a formulação de políticas monetárias e fiscais.

O FMI também está ajudando os países membros a se protegerem contra os riscos fiscais, econômicos e para a estabilidade financeira que poderiam advir de um colapso da IA – sobretudo onde a dívida já é elevada – e, ao mesmo tempo, buscarem ativamente seus benefícios.

Figura 1.1. Uso de inteligência artificial por empresas dos EUA por setor (%)



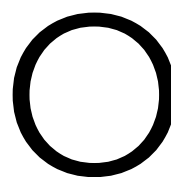
Fontes: Departamento do Censo dos EUA, Pesquisa sobre Tendências e Perspectivas Empresariais; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Os setores estão agregados com base na participação no VAB. As barras azuis e os pontos amarelos mostram as respostas à pergunta da pesquisa: “Nos últimos seis meses, a empresa usou inteligência artificial (IA) em alguma das seguintes funções de negócios?”

As barras listradas mostram as respostas da pesquisa de fevereiro de 2026 à pergunta: “Nos próximos seis meses, acredita que a empresa usará IA em alguma das suas funções de negócios?” As respostas da pesquisa para os setores da agricultura e mineração não estavam disponíveis na pesquisa de novembro de 2025. VAB = valor agregado bruto.



COMÉRCIO E CRESCIMENTO: RESILIÊNCIA EM TESTE



s choques no comércio em 2025 criaram ventos contrários ao crescimento global e alimentaram a preocupação com a alta dos preços. Contudo, os volumes foram quase

5% maiores no ano passado, com o comércio de bens relacionados à tecnologia mantendo um crescimento vigoroso (ver o Destaque 2 sobre a IA).

A mudança estrutural na política comercial dos EUA no início de 2025 acelerou a reorientação do comércio, sobretudo na Ásia. Muitas economias negociaram entendimentos comerciais bilaterais com os EUA. Alguns países também buscaram oportunidades e acordos comerciais entre si e dentro das suas regiões, com base nas regras e nos sistemas comerciais existentes. Isso permitiu que o comércio fluísse,



Tailândia



A incerteza e a necessidade de construir cadeias de suprimentos mais resilientes ainda influenciam em muito as decisões comerciais e de investimento.



mas a previsão é que o crescimento do comércio desacelere neste ano, o que será agravado pelo choque decorrente da guerra no Oriente Médio.

De acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE), a guerra – e o subsequente fechamento do Estreito de Ormuz – provocaram o maior corte já registrado no suprimento global de energia. Além disso, produziu efeitos em cadeia sobre outras commodities, o abastecimento de alimentos e cadeias de suprimentos mais amplas, cujas implicações macroeconômicas o FMI está avaliando em estreita colaboração com a AIE e o Banco Mundial.

Danos duradouros à infraestrutura de exportação de energia na região poderiam continuar a limitar a oferta. A incerteza e a necessidade de construir cadeias de suprimentos

mais resilientes, porém menos eficientes, ainda influenciam em muito as decisões comerciais e de investimento. A recuperação também é prejudicada pelas barreiras ao comércio global, que permanecem bem mais elevadas do que vinham sendo nas últimas décadas.

Países e regiões estão tentando aumentar a resiliência contra esses choques contínuos, buscando oportunidades para diversificar e aprofundar o comércio e as fontes de suprimento. Ao fazê-lo, também podem atacar outro risco global premente: os elevados desequilíbrios externos e internos. Uma análise do FMI mostra como desequilíbrios excessivos aumentam a vulnerabilidade a choques econômicos e à instabilidade financeira, elevando o risco de correções bruscas e repentinas.



Uzbequistão

Para ajudar os países membros na busca por um comércio equilibrado, crescimento econômico sustentável e resiliência constante, o FMI presta assessoria personalizada, tanto individual como multilateral, além de incentivar os países a cooperarem e reduzirem os entraves ao comércio internacional. Quadros de política comercial previsíveis, transparentes e bem comunicados ajudam a reduzir a incerteza e a ancorar as expectativas das empresas e dos consumidores.

O FMI recomenda que as regiões sejam ágeis na busca por novas oportunidades para promover o comércio, inclusive por meio de negociações multilaterais e plurilaterais.

Além disso, oferece uma análise mais aprofundada de como lidar com os grandes desequilíbrios globais atuais e os seus efeitos

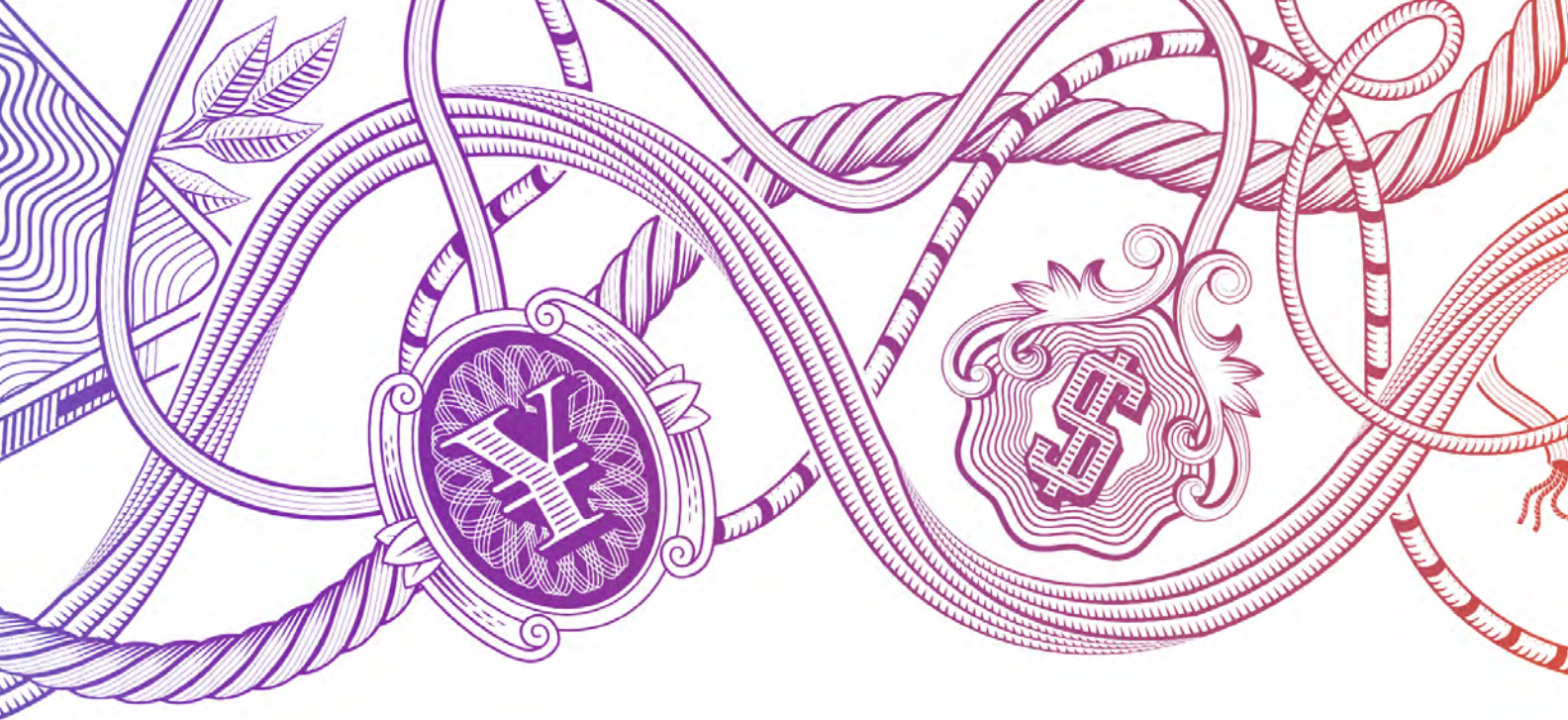
secundários negativos, mas sem deixar de estimular o crescimento. Por exemplo, em países com superávit externo, como a China, o avanço contínuo rumo a um crescimento impulsionado pelo consumo pode melhorar o bem-estar e reduzir os superávits comercial e da conta corrente. Já no caso de países com déficit externo, como os Estados Unidos, uma consolidação fiscal confiável poderia reduzir a demanda por importações e financiamento externo.

No nível regional, uma maior integração dentro de grupos como a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), o aprofundamento do mercado único da União Europeia e a implementação de reformas para incentivar o investimento privado também apoiarão um crescimento mais resiliente e sustentável.

NOVAS FRONTEIRAS PARA AS FINANÇAS DIGITAIS

As finanças digitais continuam a estender seu alcance em 2026, gerando novas oportunidades e riscos. As *stablecoins* são uma área de foco renovada, e o avanço na tokenização continua, enquanto muitos países progridem no desenvolvimento de moedas digitais dos bancos centrais (CBDCs).

Após anos de desenvolvimento e experimentação, governos nas principais jurisdições e entidades do setor financeiro estão institucionalizando tecnologias baseadas em *blockchain* e registro distribuído. As *stablecoins* vêm crescendo de forma robusta e o seu uso em pagamentos e remessas internacionais, embora ainda pequeno, está se expandindo. O uso



da tokenização – o registro e a transferência de ativos em um registro digital programável, amplamente distribuído e confiável – ainda está nos primeiros passos, mas caminha para a implantação comercial.

Essa reorientação para produtos e participantes baseados na tecnologia, capazes de operar com fluidez além das fronteiras, é impulsionada em grande parte por instituições financeiras não bancárias, mas os bancos estão cada vez mais seguindo essa tendência.

A Ásia é líder em finanças digitais há muito tempo. Como muitas pessoas usam celular, mas não têm conta bancária, os pagamentos digitais e o dinheiro móvel são usados amplamente. Regulamentações governamentais proativas

e normas de pagamento regionais, sobretudo na ASEAN, têm apoiado ainda mais o crescimento de ecossistemas avançados de *fintech*.

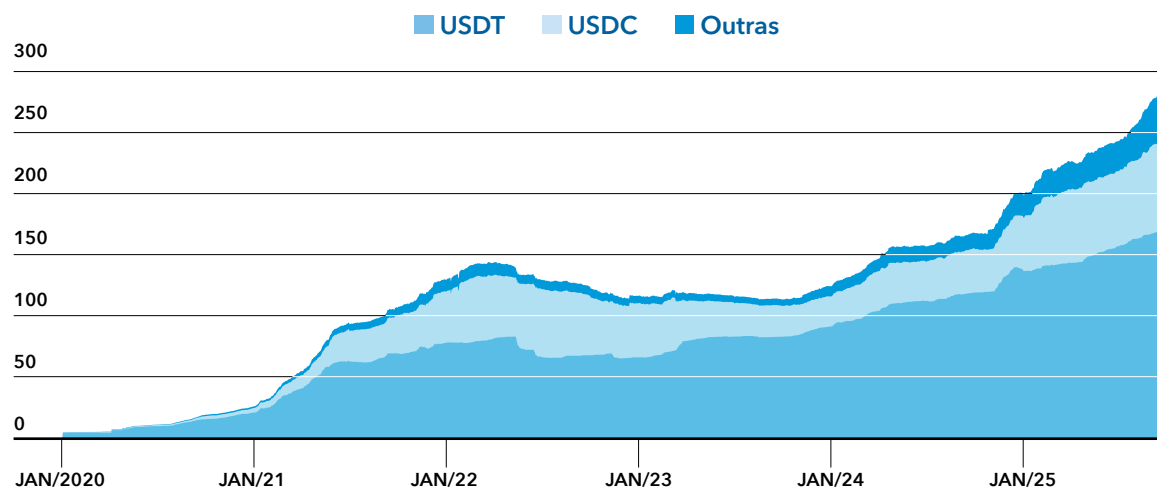
Em consequência, a Ásia agora é um importante campo de testes para o desenvolvimento e a adoção de sistemas de pagamentos digitais, como as *stablecoins*. Empresas de *fintech*, provedores de pagamentos e formuladores de políticas regionais estão examinando maneiras de reduzir os custos dos pagamentos internacionais e melhorar o acesso a serviços financeiros para pessoas cobertas insuficientemente pelo sistema bancário, com benefícios que poderiam ser estendidos por todo o mundo.

Os emissores das moedas nas quais essas *stablecoins* são denominadas – hoje em dia,



Figura 1.2. Capitalização de mercado de *stablecoins* selecionadas

(em bilhões de US\$)



Fontes: CoinGecko; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: USDT = Tether; USDC = USD Coin; "Outras" abrange a capitalização de mercado agregada das *stablecoins* que compõem a cesta das 15 principais moedas selecionadas, exceto a USDC e a USDT.

principalmente os Estados Unidos – podem se beneficiar do aumento da demanda e da liquidez da dívida pública. Juntos, os dois maiores emissores de *stablecoins* detêm no momento mais títulos do Tesouro americano do que a Arábia Saudita.

A tokenização poderia ter um impacto ainda maior do que as *stablecoins* no longo prazo, pois tanto os ativos físicos quanto os financeiros – desde imóveis até empréstimos – poderiam vir a ser tokenizados, agilizando as transações, reduzindo custos e reforçando o acesso a esses ativos em todo o mundo.

Do lado dos riscos, as *stablecoins* podem se tornar instáveis caso os ativos subjacentes percam valor ou os usuários deixem de confiar nelas; grandes resgates poderiam constituir um risco para os mercados de títulos públicos detidos pelos emissores dessas moedas. As autoridades estão preocupadas com a estabilidade financeira, a substituição monetária (por exemplo, a dolarização) e a integridade financeira. Os *tokens* poderiam acelerar demais as transações, causando "quedas repentinas", nas quais os valores dos ativos oscilam demais e com rapidez excessiva para que os seres humanos consigam intervir.

Muitos países membros continuam a desenvolver CBDCs para obter benefícios significativos com

a digitalização e, ao mesmo tempo, gerir alguns dos riscos. O Banco Central Europeu, por exemplo, concluiu a fase de preparação para um euro digital em outubro de 2025, assentando as bases técnicas para a emissão de uma moeda digital.

Manter a própria moeda significa que os países podem usar ferramentas de política monetária para gerir a economia, além de apoiar os esforços dos países para combater a lavagem de dinheiro e o financiamento do terrorismo.

O FMI continua a defender quadros regulatórios globais coerentes para as finanças digitais. Isso abrange a gestão dos riscos das *stablecoins* com base nas recomendações do FMI, do Conselho de Estabilidade Financeira e do Banco de Compensações Internacionais, bem como tornar os sistemas de pagamento interoperáveis. O Fundo oferece conhecimento para ajudar os países membros a se protegerem contra a volatilidade dos fluxos de capital e a preservarem a capacidade de administrar as taxas de câmbio em condições desordenadas. E para responder às questões mais recentes das autoridades, o FMI incluiu novos capítulos no seu detalhado manual virtual sobre CBDCs, em que explora temas como a estabilidade financeira e a área emergente da tokenização das reservas.



Reuniões Anuais do FMI-GBM de 2026

A Tailândia está situada no coração do Sudeste Asiático e conecta economias, culturas e ideias em toda a região e em outras partes. Em outubro de 2026, as Reuniões Anuais do FMI e do Grupo Banco Mundial voltarão a Bangkok pela primeira vez desde 1991. Esse retorno destaca o notável progresso da Tailândia e ressalta o seu papel como centro de cooperação econômica global. Enquanto profundas mudanças na geopolítica, no comércio e na tecnologia estão dando novos contornos à economia global, as Reuniões Anuais de 2026 reunirão autoridades para discutir maneiras de fortalecer a resiliência e promover um crescimento dinâmico, duradouro e inclusivo para o futuro.

Tailândia

PARTE 2

O QUE FAZEMOS



RELATÓRIO ANUAL DO FMI 2026
SAIBA MAIS
ON-LINE
[IMF.ORG/AR2026](https://imf.org/AR2026)

Egito

Supervisão econômica

A supervisão do FMI identifica riscos à estabilidade para os países membros e aconselha os governos sobre possíveis ajustes na política econômica. Esse trabalho apoia o sistema monetário internacional ao facilitar o intercâmbio de bens, serviços e capital entre os países, promovendo um crescimento econômico sólido.

O FMI presta assessoria sobre as políticas de cada país membro por meio da supervisão bilateral e analisa o sistema monetário internacional e a evolução econômica mundial e regional por meio da supervisão multilateral.

No exercício 2026, deu-se início ao trabalho na Análise Exaustiva da Supervisão (CSR) para analisar a evolução do panorama dessa atividade, entre outros fatores, em função de mudanças transformadoras, e para definir as suas prioridades para os próximos cinco anos. Também foi iniciado o trabalho relativo à Revisão do Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP) de 2026, que passará em revista a implementação das prioridades da Revisão do FSAP de 2021, identificará prioridades para o futuro à medida que o panorama do sistema financeiro evolui e ajudará a orientar os esforços atuais para aprofundar a análise macrofinanceira

nas consultas nos termos do Artigo IV. A previsão é que essas revisões sejam concluídas no exercício 2027.

Supervisão bilateral

A supervisão bilateral, que ocorre por meio das consultas nos termos do Artigo IV, normalmente é realizada durante missões anuais ou bienais aos países membros. Durante as missões realizadas no âmbito do Artigo IV, o corpo técnico do FMI e as autoridades nacionais mantêm um diálogo aprofundado sobre políticas fiscais, financeiras e monetárias, assim como sobre reformas estruturais de alto impacto que possam ajudar o país a cumprir as suas metas econômicas e de desenvolvimento. As recomendações do corpo técnico e as opiniões das autoridades são então discutidas pela Diretoria Executiva, que encerra a consulta.

O FSAP oferece avaliações aprofundadas dos setores financeiros dos países. Trata-se de um instrumento central da supervisão do FMI e serve de base para as consultas nos termos do Artigo IV. As avaliações da estabilidade financeira no âmbito do FSAP são obrigatórias para as jurisdições cujos setores financeiros o FMI considere de importância sistêmica e devem ser feitas a cada cinco ou dez anos.

No exercício 2026, o FMI conduziu 138 consultas nos termos do Artigo IV e 11 avaliações da estabilidade do sistema financeiro no âmbito do FSAP.

Supervisão multilateral

Como parte da supervisão multilateral, o FMI emite relatórios semestrais e atualizações sobre os mais recentes acontecimentos econômicos mundiais: o *World Economic Outlook*, o *Global Financial Stability Report* e o *Fiscal Monitor*. O primeiro capítulo de cada relatório analisa as mudanças na conjuntura global desde a edição anterior. Podem seguir-se capítulos temáticos, que apresentam análises aprofundadas de tópicos específicos de grande interesse público. Quando necessário, são também publicadas atualizações intercalares da conjuntura econômica mundial. É também publicado anualmente o *External Sector Report*, como parte do esforço constante para proporcionar uma avaliação franca e rigorosa dos desequilíbrios mundiais excessivos e as suas causas.



O FMI também agrupa os seus países membros em cinco regiões e publica relatórios sobre as perspectivas para cada uma delas, que descrevem

a evolução das políticas e os desafios de cada região e apresentam análises nacionais.

Relatórios bilaterais podem abordar questões multilaterais quando forem pertinentes. Os dois tipos de supervisão se complementam, permitindo uma análise abrangente e coerente de como as políticas de cada país afetam os demais, ou seja, dos seus “efeitos de contágio”. Na desafiadora conjuntura econômica mundial dos dias de hoje, a supervisão oportuna e adaptada continua sendo vital. Possibilita que as lições sejam compartilhadas e oferece aos países membros uma assessoria em políticas bem calibrada.

Assessoria em políticas

A Diretoria Executiva do FMI analisa todos os aspectos das atividades levadas a cabo pelo FMI: das consultas nos termos do Artigo IV aos temas de políticas importantes para a economia mundial. A Diretoria baseia o seu trabalho nos documentos elaborados pelo corpo técnico. No exercício 2026, o FMI publicou 45 desses documentos. Para obter uma lista completa dos documentos de orientação e outras publicações lançados pelo FMI no exercício 2026, visite o website do Relatório Anual em [IMF.org/AR2026](https://www.imf.org/AR2026).

Concessão de empréstimos

O financiamento do FMI ajuda os países membros a superar problemas do balanço de pagamentos, estabilizar as suas economias, restaurar o crescimento econômico sustentável e por meio do Fundo Fiduciário para a Resiliência e Sustentabilidade, ajuda a fortalecer a estabilidade futura do balanço de pagamentos dos países membros habilitados ao RST. O financiamento normalmente é concedido no contexto de um acordo plurianual em apoio ao programa de um país membro. Pode também ser conferido para ajudar países membros a fazer face a necessidades urgentes do balanço

de pagamentos decorrentes de desastres naturais e outras causas. O FMI oferece ainda financiamento em caráter preventivo para enfrentar possíveis dificuldades do balanço de pagamentos que possam advir, por exemplo, de futuros choques negativos.

Basicamente, os empréstimos do FMI são concedidos por meio de uma de duas fontes: 1) financiamento da Conta de Recursos Gerais (GRA) a taxas de juros definidas como a média dos juros praticados entre as principais moedas internacionais acrescida de

uma margem e 2) empréstimos do Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento (PRGT) em condições concessionais para países de baixa renda, isto é, condições de empréstimo mais brandas que as da GRA e taxas inferiores às do mercado. Com a operacionalização do Fundo Fiduciário para a Resiliência e Sustentabilidade (RST) em 2022, o FMI passou a oferecer uma terceira categoria de financiamento, que engloba uma estrutura de juros



Cabo Verde



Turquia

escalonada diferenciada entre os grupos de países, com os países de baixa renda recebendo condições ainda mais favoráveis.

VISÃO GERAL DO EXERCÍCIO 2026

Iniciativas de políticas

Recursos Gerais

Em dezembro de 2025, a Diretoria Executiva do FMI concluiu a revisão da Linha de Liquidez de Curto Prazo (SLL). A conclusão foi que a SLL seria encerrada em abril de 2027, ao fim do período de sete anos após a sua criação, em conformidade com a concepção original do instrumento.

CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS

Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento

Em novembro de 2025, a Diretoria Executiva aprovou um processo em duas etapas para, até 2028, trazer os limites de acesso cumulativo temporariamente mais altos da Linha de Crédito Rápido (RCF) do PRGT de volta aos níveis anteriores à pandemia. Essa decisão estabelece uma trajetória clara para a normalização dos limites de acesso à RCF e, ao mesmo tempo, mantém um espaço de endividamento suficiente para a maioria dos membros habilitados ao PRGT, caso enfrentem choques exógenos inesperados e se qualifiquem para receber apoio financeiro no âmbito da RCF.



Tailândia

PARTE 2: O QUE FAZEMOS

Os atuais limites de acesso cumulativo mais altos aplicados no âmbito da RCF em caso de choques exógenos e grandes desastres naturais tinham sido elevados temporariamente para 150% (de 100%) e 183,33% (de 133,33%) da quota, respectivamente, durante a pandemia de COVID-19.



El Salvador

A Diretoria Executiva concordou em manter os limites cumulativos de acesso nesses níveis até o fim de 2026. Esses limites serão então reduzidos em duas etapas iguais: em 25% da quota em 1º de janeiro de 2027, seguida por outra redução de 25% da quota em 1º de janeiro de 2028, restabelecendo os limites cumulativos de acesso aos níveis anteriores à pandemia. Os países que acessaram o Guichê para Resposta a Choques Alimentares no âmbito da RCF manterão, até o fim de 2029, os 25% adicionais da quota incorporados aos seus

limites cumulativos de acesso no caso de choques exógenos.

A implementação das reformas do PRGT aprovadas em 2024 está no rumo certo.

As necessidades de subsídios do PRGT serão supridas, sobretudo, por meio de um novo mecanismo de taxas de juros e de um quadro de distribuição do resultado líquido da Conta de Recursos Gerais e/ou das reservas gerais.

- O mecanismo de taxas de juros escalonadas entrou em vigor em 1º de maio de 2025 para os compromissos do PRGT no âmbito de novos acordos e novos empréstimos da RCF.¹ Enquanto os países de baixa renda mais pobres continuam a se beneficiar de uma taxa de juros zero, os países de baixa renda em melhor situação terão de pagar uma taxa positiva, mas ainda concessional, calibrada de modo a ficar bem abaixo da taxa de juros do direito especial de saque (DES) e dos juros de mercado.
- Avançou-se na implementação do quadro de distribuição da GRA, que visa facilitar a geração de mais recursos de subsídios para o PRGT, no montante de DES 5,9 bilhões (em termos de valor atual de 2025), para permitir uma capacidade de empréstimo autossustentável anual de DES 2,7 bilhões. A primeira distribuição do resultado, no montante de DES 1,38 bilhão, da GRA para a Conta

Administrada de Colocação Provisória (IPAA) ocorreu em 1º de junho de 2025, e a segunda distribuição do resultado, no montante de DES 1,38 bilhão, foi aprovada pela Diretoria Executiva em 28 de abril e ocorreu em 1º de junho de 2026. As transferências trimestrais da renda de juros obtida sobre os saldos da IPAA para a Conta de Reserva de Subsídios do PRGT começaram em 1º de agosto de 2025, totalizando DES 26,1 milhões até o fim do exercício 2026. Em 30 de abril de 2026, 30 países membros tinham apresentado garantias correspondentes a 45,7% do montante acumulado máximo para distribuição (DES 6,9 bilhões) para o PRGT. Isso representa mais da metade do limiar exigido de 90%. Assim que o limiar de 90% das garantias tenha sido atingido, a parcela de cada membro do capital da IPAA ficará disponível e poderá ser transferida da IPAA de acordo com as instruções do país membro, que abrangem as três opções a seguir para canalizar a sua parcela na IPAA (ou um montante equivalente) para o PRGT:

¹ Ver <https://www.imf.org/en/publications/policy-papers/issues/2024/10/21/2024-review-of-the-poverty-reduction-and-growth-trust-facilities-and-financing-reform-556512>.

Opção 1: Os países membros podem orientar o FMI a transferir a sua parcela do montante total de capital da IPAA diretamente para a Conta de Reserva de Subsídios do PRGT.

Opção 2: Os países membros podem solicitar que a sua parcela do montante total de capital da IPAA seja transferida para uma futura Conta Administrada Provisória de Distribuição, enquanto se aguarda a resolução dos



processos internos exigidos para permitir a contribuição para o PRGT.

Opção 3: Os países membros podem optar por receber a sua parcela do montante total de capital da IPAA diretamente em sua conta de DES antes de fazerem uma contribuição separada equivalente, na forma de doação, para o PRGT.

anos, que deve atingir uma média de DES 3 bilhões a DES 5 bilhões por ano em 2026 e 2027; as perspectivas de médio a longo prazo se mantêm, de modo geral, inalteradas. A capacidade de empréstimo estimada do PRGT permanece dentro



Adequação dos recursos do PRGT, RST e fundos fiduciários de alívio da dívida

Em março de 2026, a Diretoria Executiva do FMI recebeu uma atualização sobre a adequação dos recursos do PRGT, RST e fundos fiduciários de alívio da dívida.

- Com respeito ao PRGT, constatou-se na atualização que os recursos de subsídios do PRGT continuam adequados, desde que a implementação das reformas do PRGT de 2024, em especial o quadro de distribuição da GRA, permaneça dentro do planejado. Os compromissos de empréstimos inferiores ao previsto em 2024 e 2025 devem ser amplamente compensados pela demanda adicional nos próximos dois

da faixa endossada pela Diretoria, de DES 2,5 bilhões a DES 3,0 bilhões. As reservas do PRGT em relação ao crédito em aberto, que servem de garantia para os credores do PRGT, se estabilizaram, após um declínio resultante do aumento dos empréstimos após a pandemia. A previsão é que os recursos para empréstimos do PRGT sejam suficientes para cobrir a demanda no médio prazo.

PARTE 2: O QUE FAZEMOS

- Com relação ao RST a atualização destacou os avanços positivos contínuos nas contribuições bilaterais voluntárias e apontou que os recursos para empréstimos do RST devem ser suficientes para atender à demanda atual, pelo menos até 2028. Constatou-se que as reservas do RST permanecem adequadas no cenário de referência, embora a cobertura das reservas líquidas em relação ao saldo de crédito em aberto caia temporariamente abaixo do limite de 10% em alguns cenários adversos, indicando

no cenário de referência e nos cenários adversos. A revisão abrangente do RST, planejada para o exercício 2028, fará um balanço da experiência, considerará possíveis mudanças



enquadram nos seus critérios. O CCRT ofereceu apoio sem precedentes durante a pandemia de COVID-19 ao liberar recursos para gastos adicionais que ajudaram

a atenuar o impacto desse evento.

Desde a pandemia, nenhum caso ou evento dentro dos critérios exigiu financiamento do CCRT.

O CCRT continua subfinanciado, e a sua próxima revisão, prevista para o exercício 2027/28, será

uma oportunidade de abordar os seus desafios no financiamento.



- A Iniciativa para os Países Pobres Muito Endividados está quase concluída, embora o progresso do Sudão rumo ao ponto de conclusão ainda esteja atrasado, após o ponto de decisão ter sido atingido em 2021. O último país a atingir o ponto de conclusão e receber alívio da dívida foi a Somália, em dezembro de 2023. Após cumprir o seu objetivo, a Conta Administrada da Somália, criada em 2019 para apoiar o alívio da dívida concedido pelo FMI ao país, foi liquidada e encerrada em 1º de agosto de 2025.²

o aumento dos riscos, sobretudo em decorrência do aumento da parcela dos empréstimos para países do Grupo A que se beneficiam do teto para a taxa de juros, o que, por enquanto, continua sendo apropriado. A cobertura bruta de reservas se mantém acima do limite de 35%

nas políticas e avaliará as necessidades de recursos no médio prazo.

- O Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCRT) é o mecanismo do FMI para fornecer alívio do serviço da dívida aos países membros mais pobres quando enfrentam eventos catastróficos que se

² Ver <https://www.imf.org/en/publications/policy-papers/issues/2025/07/21/liquidation-and-termination-of-the-administered-account-for-somalia-568836>.

MAPA DE EMPRÉSTIMOS

Assistência financeira
aprovada no
exercício 2026

EM 30 DE ABRIL DE 2026
(MILHÕES DE DES)

TAXA DE CâMBIO
US\$/DES

EM 30 DE ABRIL DE 2026:
DES 1 = US\$ 1,372020

SIGLAS

- AUM** – AUMENTO
- ECF** – LINHA DE CRÉDITO AMPLIADO
- EFF** – PROGRAMA DE FINANCIAMENTO AMPLIADO
- FCL** – LINHA DE CRÉDITO FLEXÍVEL
- RFI** – INSTRUMENTO DE FINANCIAMENTO RÁPIDO
- RSF** – LINHA DE CRÉDITO PARA A RESILIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE
- SBA** – ACORDO STAND-BY

Nota: No caso dos aumentos, é indicado apenas o montante do aumento.

ÁSIA E PACÍFICO

717,70 M de DES

BANGLADESH

AUM EFF 378,10 M de DES
AUM ECF 189,10 M de DES

SRI LANKA

RFI 150,50 M de DES

ÁFRICA SUBSAARIANA

877 M de DES

BURKINA FASO

RSF 90,30 M de DES

CABO VERDE

AUM ECF 7,10 M de DES

CHADE

ECF 455,70 M de DES

LIBÉRIA

RSF 193,80 M de DES

NÍGER

AUM ECF 79,00 M de DES

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

AUM ECF 4,40 M de DES

GÂMBIA

RSF 46,70 M de DES

M de DES = milhões de direitos especiais de saque

EUROPA

5.935,30 M de DES

UCRÂNIA

EFF 5.935,30 M de DES

AS AMÉRICAS

19.990,30 M de DES

COSTA RICA

FCL 1.108,20 M de DES

EQUADOR

AUM EFF 750,40 M de DES

JAMAICA

RFI 306,30 M de DES

MÉXICO

FCL 17.825,40 M de DES

ORIENTE MÉDIO E ÁSIA CENTRAL

1.673,50 M de DES

ARMÊNIA

SBA 128,80 M de DES

JORDÂNIA

RSF 514,70 M de DES

PAQUISTÃO

RSF 1.000,00 M de DES

SOMÁLIA

AUM ECF 30,00 M de DES

RELATÓRIO ANUAL DO FMI 2026

SAIBA MAIS
ON-LINE
IMF.ORG/AR2026



PARTE 2: O QUE FAZEMOS

Quadro 2.1. Condições financeiras no âmbito da Conta de Recursos Gerais do FMI

Este quadro apresenta os instrumentos de crédito não concessional do FMI. Os Acordos *Stand-By* (SBA) e os acordos do Programa de Financiamento Ampliado (EFF) são há muito tempo os principais instrumentos de empréstimo da instituição. São complementados pelos instrumentos para prevenção de crises: a Linha de Crédito Flexível (FCL), a Linha de Precaução e Liquidez (PLL) e a Linha de Liquidez de Curto Prazo (SLL). Além disso, o FMI concede empréstimos emergenciais em condições não concessionais por meio do Instrumento de Financiamento Rápido (RFI).

Linha de crédito (ano de criação) ¹	Finalidade	Condições	Escalonamento e acompanhamento
Acordo <i>Stand-By</i> (SBA) (1952)	Assistência de curto a médio prazo para países com dificuldades do balanço de pagamentos.	Adotar políticas que instilem confiança na resolução das dificuldades do balanço de pagamentos do país membro em um prazo razoável.	Em geral, compras trimestrais sujeitas ao cumprimento de critérios de desempenho e outras condições.
Programa de Financiamento Ampliado (EFF) (1974) (Acordo Ampliado)	Assistência de médio prazo em apoio aos países membros com dificuldades do balanço de pagamentos associadas a questões estruturais.	Quando da aprovação, adotar um programa com uma agenda de reformas estruturais e uma declaração anual pormenorizada das políticas para os 12 meses seguintes.	Avaliações trimestrais ou semestrais e cumprimento de critérios de desempenho e outras condições.
Linha de Crédito Flexível (FCL) (2009)	Instrumento flexível nas parcelas de crédito para atender a necessidades do balanço de pagamentos, concretas ou potenciais, e para reforçar a confiança dos mercados durante um período de riscos elevados.	Fundamentos econômicos, quadro de política econômica e histórico na aplicação de políticas bastante sólidos <i>ex ante</i> .	O acesso aprovado está disponível de imediato e durante todo o período do acordo; os acordos FCL de dois anos estão sujeitos a uma avaliação intercalar após um ano.
Linha de Precaução e Liquidez (PLL) (2011)	Instrumento nas parcelas de crédito para atender a necessidades do balanço de pagamentos, concretas ou potenciais, e para reforçar a confiança dos mercados durante um período de riscos elevados.	Solidez dos quadros de políticas e da posição externa, acesso aos mercados e setor financeiro robusto.	Acesso amplo concentrado no início do acordo, sujeito a avaliações semestrais (para acordos PLL de um a dois anos).
Linha de Liquidez de Curto Prazo (SLL) (2020)	Mecanismo de apoio à liquidez em caso de possíveis choques externos que gerem necessidades moderadas do balanço de pagamentos.	Fundamentos econômicos, quadro de política econômica e histórico na aplicação de políticas bastante sólidos <i>ex ante</i> .	O acesso aprovado está disponível de imediato e durante todo o período do acordo, e pode ser reconstituído por meio de recompras; o número de acordos SLL sucessivos é irrestrito, desde que o país continue a cumprir os critérios de qualificação.
Instrumento de Financiamento Rápido (RFI) (2011)²	Assistência financeira rápida para todos os países membros que enfrentem uma necessidade urgente do balanço de pagamentos.	Articulação das políticas para sanar dificuldades do balanço de pagamentos. Podem ser exigidas ações prévias.	Compras diretas sem a necessidade de um programa completo ou avaliações.

Fonte: Departamento Financeiro do FMI.

¹ O crédito concedido pelo FMI por meio da Conta de Recursos Gerais (GRA) é financiado principalmente pelo capital subscrito pelos países membros. A cada país é atribuída uma quota que representa seu compromisso financeiro. Os países membros pagam uma parte da sua quota em direitos especiais de saque (DES), ou na moeda de outro país membro que seja aceitável para o FMI, e o restante na sua própria moeda. Os empréstimos do FMI são desembolsados ou sacados quando o mutuário efetua uma compra de ativos em moeda estrangeira junto ao FMI na sua própria moeda. O reembolso do empréstimo ocorre quando o mutuário efetua a recompra da sua moeda junto ao FMI numa moeda estrangeira.

² A taxa de comissão sobre os fundos desembolsados da GRA é fixada como uma margem (atualmente 60 p.b.) sobre a taxa de juros semanal do DES. A taxa de comissão é aplicada ao saldo diário de todos os saques da GRA em aberto durante cada trimestre financeiro do FMI. Além disso, uma comissão de serviço única de 0,5% incide sobre cada saque de recursos do FMI na GRA, com a exceção dos saques na parcela de reserva. Uma comissão de compromisso inicial (15 p.b. sobre os montantes empenhados inferiores a 200% da quota, 30 p.b. sobre os montantes entre 200% e 600% da quota e 60 p.b. sobre os montantes superiores a 600% da quota) é aplicada aos montantes disponíveis para compra no âmbito dos acordos (SBA, EFF, PLL e FCL) e que podem ser sacados durante cada período (anual); essa comissão é restituída pro rata à medida que forem efetuados os saques no âmbito dos acordos. No caso dos acordos SLL, a comissão de serviço é de 21 p.b. e é cobrada uma comissão de compromisso não restituível de 8 p.b. quando da aprovação do acordo.

Limites de acesso ¹	Encargos ²	Calendário de reembolsos (anos)	Prestações
Anual: 200% da quota. Cumulativo: 600% da quota.	Taxa de comissão mais sobretaxa (200 p.b. sobre montantes superiores a 300% da quota; 75 p.b. adicionais quando o crédito em aberto se mantém acima de 300% da quota por mais de 36 meses).	3¼-5	Trimestrais
Anual: 200% da quota. Cumulativo: 600% da quota.	Taxa de comissão mais sobretaxa (200 p.b. sobre montantes superiores a 300% da quota; 75 p.b. adicionais quando o crédito em aberto se mantém acima de 300% da quota por mais de 51 meses).	4½-10	Semestrais
Sem limite predefinido. Até 200% da quota para a FCL sem articulação das expectativas de saída.	Taxa de comissão mais sobretaxa (200 p.b. sobre montantes superiores a 300% da quota; 75 p.b. adicionais quando o crédito em aberto se mantém acima de 300% da quota por mais de 36 meses).	3¼-5	Trimestrais
150% da quota (300% da quota em circunstâncias excepcionais) por seis meses; 300% da quota disponível quando da aprovação dos acordos de um a dois anos; acesso cumulativo total de 600% da quota.	Taxa de comissão mais sobretaxa (200 p.b. sobre montantes superiores a 300% da quota; 75 p.b. adicionais quando o crédito em aberto se mantém acima de 300% da quota por mais de 36 meses).	3¼-5	Trimestrais
Até 200% da quota; acesso rotativo por um período de 12 meses. No caso do uso combinado da FLC e da SLL, acesso até 400% das quotas sem articulação das expectativas de saída (ou seja, 200% da quota de cada uma dessas linhas).	Taxa de comissão mais sobretaxa (200 p.b. sobre o saldo em aberto acima de 300% da quota); o crédito da SLL não entra no cômputo das sobretaxas com base no tempo decorrido.	Recompra(s) devida(s) no prazo de até 12 meses após a compra; as recompras reconstituem o acesso até o nível aprovado	
Anual: 50% da quota (80% no caso de grandes desastre naturais). Cumulativo: 100% da quota (133,33% para grandes desastres naturais).	Taxa de comissão mais sobretaxa (200 p.b. sobre montantes superiores a 300% da quota; 75 p.b. adicionais quando o crédito em aberto se mantém acima de 300% da quota por mais de 36 meses). ⁴	3¼-5	Trimestrais

³ Para melhor ajudar os países membros a fazer face a desafios econômicos agravados em decorrência da guerra da Rússia na Ucrânia, como a insegurança alimentar e o aumento dos preços dos alimentos e fertilizantes, o FMI criou o Guichê para Resposta a Choques Alimentares (FSW) no âmbito dos seus instrumentos de financiamento emergencial (o RFI e a RCF) em setembro de 2022. O FSW expirou no fim de março de 2024. A aplicação de um adicional de 25% da quota aos limites de acesso cumulativo do RFI no caso dos países que tinham acesso ao FSW por meio desse instrumento foi prorrogada até o fim de dezembro de 2026.

⁴ As sobretaxas foram introduzidas em novembro de 2000. O regime de sobretaxas atual entrou em vigor em 1º de agosto de 2009 e foi atualizado em 17 de fevereiro de 2016 e em 11 de outubro de 2024.

PARTE 2: O QUE FAZEMOS

Quadro 2.2. Instrumentos de crédito concessional

O FMI tem três instrumentos de crédito concessional para os países de baixa renda.

	Linha de Crédito Ampliado (ECF)	Linha de Crédito Stand-By (SCF)	Linha de Crédito Rápido (RCF)
Objetivo	Ajudar os países de baixa renda a alcançar, manter, restabelecer ou fazer avanços significativos para atingir uma posição macroeconômica estável e sustentável que conduza a um crescimento vigoroso e à redução duradoura da pobreza.		
Habilitação	Países habilitados a receber assistência no âmbito do Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento (PRGT).		
Qualificação	Países de baixa renda com problemas prolongados do balanço de pagamentos.	Necessidade potencial (uso preventivo) ou efetiva do balanço de pagamentos a curto prazo, no momento da aprovação; necessidade efetiva quando de cada desembolso.	Necessidade urgente do balanço de pagamentos quando um programa nas parcelas superiores de crédito não é viável nem necessário ¹ .
Estratégia de redução da pobreza e de crescimento	O programa apoiado pelo FMI deve estar alinhado com os objetivos de crescimento e de redução da pobreza definidos pelo próprio país, e deve dar suporte a políticas que preservem os gastos sociais e outros gastos prioritários.		
	Apresentação de uma Estratégia de Redução da Pobreza e de Crescimento (ERPC).	A apresentação da ERPC é obrigatória se a duração original do acordo SCF for superior a dois anos.	A apresentação da ERPC não é obrigatória.
Condicionalidade	Parcelas superiores de crédito; flexibilidade nos prazos e na trajetória de ajuste.	Parcelas superiores de crédito.	Nenhuma condicionalidade <i>ex post</i> ; qualificação para uso recorrente com base no histórico (exceto em caso de choques exógenos ou de desastres naturais).
Políticas de acesso	A revisão do PRGT de 2024 definiu a norma de acesso em 145% da quota ² e os limites de acesso anual e cumulativo do PRGT em 200% e 600% da quota, respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2025. ³		
Condições de financiamento ⁴	Taxa de juros sobre os saldos em aberto de empréstimos no âmbito de um acordo ECF aprovado antes de 1º de maio de 2025: 0	Taxa de juros sobre os saldos em aberto de empréstimos no âmbito de um acordo SCF aprovado antes de 1º de maio de 2025: 0	Taxa de juros sobre o saldo em aberto de um empréstimo RCF aprovado antes de 1º de maio de 2025: 0
	Taxa de juros sobre os saldos em aberto de empréstimos no âmbito de um acordo ECF aprovado antes de 1º de maio de 2025: Nível 1: 0, Nível 2A: 0,7 x DESi, Nível 2B: 0,4 x DESi Condições de reembolso: 5½-10 anos Prazo de carência de 5½ anos e vencimento final em 10 anos. Reembolso em 10 parcelas semestrais.	Taxa de juros sobre os saldos em aberto de empréstimos no âmbito de um acordo SCF aprovado a partir de 1º de maio de 2025: Nível 1: 0, Nível 2A: 0,7 x DESi, Nível 2B: 0,4 x DESi Condições de reembolso: 4-8 anos Prazo de carência de 4 anos e vencimento final em 8 anos. Reembolso em nove parcelas semestrais. Comissão de disponibilização: 0,15% sobre os montantes disponíveis, mas não utilizados no âmbito de acordos preventivos	Taxa de juros sobre o saldo em aberto de um empréstimo RCF aprovado a partir de 1º de maio de 2025: Nível 1: 0, Nível 2A: 0,7 x DESi, Nível 2B: 0,4 x DESi Condições de reembolso: 5½-10 anos Prazo de carência de 5½ anos e vencimento final em 10 anos. Reembolso em 10 parcelas semestrais.

¹ A condicionalidade das parcelas superiores de crédito é o conjunto das condições relacionadas a um programa que visam assegurar que os recursos do FMI apoiem os objetivos do programa, com salvaguardas adequadas dos recursos do FMI.

² Normas de acesso se aplicam à ECF, a SCF e ao acesso anual em condições normais à RCF (25% da quota). As normas de acesso referentes à ECF e à SCF variam proporcionalmente à duração dos acordos. Mais detalhes podem ser consultados no documento *2024 Review of the Poverty Reduction and Growth Trust Facilities and Financing – Reform Proposals*, Anexo XIII.

³ O financiamento de emergência por meio da RCF é concedido em três condições: normal, choques exógenos e grandes desastres naturais. Sublimites específicos se aplicam a cada condição, além dos limites normais de acesso anual e cumulativo. O acesso no âmbito do Instrumento de Financiamento Rápido, um instrumento da Conta de Recursos Gerais (GRA), conta para os sublimites da RCF. Informações detalhadas sobre os sublimites podem ser consultadas no documento *Review of the Cumulative Access Limits under the Rapid Credit Facility*.

⁴ Em 1º de maio de 2025, um novo regime de taxa de juros aprovado pela Diretoria Executiva no âmbito da Revisão do PRGT de 2024 entrou em vigor e se aplica a todos os novos acordos do PRGT e financiamentos emergenciais aprovados nessa data ou a partir dessa data. O novo regime consiste em uma estrutura de juros diferenciada com base no DESi e na política de combinação. Taxas de juros diferenciadas se aplicam a grupos de países (níveis), determinados usando os critérios da política de combinação. No caso dos países membros habilitados ao PRGT que não atendem aos critérios de renda para a combinação presumida de financiamento, os juros aplicáveis aos empréstimos do PRGT permanecem em zero (Nível 1). Já no caso dos países membros habilitados ao PRGT que atendem ao critério de renda para a combinação, a taxa de juros aplicável aos empréstimos do PRGT é uma fração do DESi, dependendo das vulnerabilidades da dívida e do acesso aos mercados (Níveis 2A e 2B).

	Linha de Crédito Ampliado (ECF)	Linha de Crédito <i>Stand-By</i> (SCF)	Linha de Crédito Rápido (RCF)
Combinação com o financiamento da Conta de Recursos Gerais (GRA)	Com base na renda <i>per capita</i> e no acesso ao mercado; ligada à vulnerabilidade da dívida. Caso seja presumida a combinação de recursos PRGT e GRA, aplica-se uma proporção de um para dois; o acesso concessional é limitado à norma aplicável (acima do qual se utilizam apenas os recursos da GRA).		
Uso preventivo	Não é previsto	Sim	Não
Duração e uso recorrente	De 3 a 5 anos, com duração máxima de 5 anos; permite-se o uso recorrente.	O uso é normalmente limitado a três anos em qualquer período de seis anos, avaliado em base móvel, com exceção dos acordos SCF tratados como preventivos.	Desembolsos diretos; possibilidade de uso recorrente, sujeito a limites de acesso e outros requisitos; o limite ao uso recorrente – duas vezes em qualquer período de 12 meses – foi temporariamente suspenso até 6 de abril de 2021, e essa medida foi prorrogada até o fim de 2021.
Uso concomitante	GRA (Programa de Financiamento Ampliado).	GRA (Acordo <i>Stand-By</i> e Instrumento de Coordenação das Políticas).	GRA (Instrumento de Financiamento Rápido); o crédito no âmbito do RFI entra no cômputo dos limites de acesso da RCF.

Fonte: Departamento Financeiro do FMI.

Nota: DESi = taxa de juros dos DES.

PARTE 2: O QUE FAZEMOS

Quadro 2.3. Linha de Crédito para a Resiliência e Sustentabilidade

Como terceiro pilar das atividades creditícias do FMI, o Fundo Fiduciário para a Resiliência e Sustentabilidade (RST) complementa a Conta de Recursos Gerais (GRA) e o Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento (PRGT), fornecendo financiamento acessível e de longo prazo a países de baixa renda e países vulneráveis de renda média, bem como a pequenos Estados que enfrentam desafios estruturais de longo prazo decorrentes das mudanças climáticas e da preparação para pandemias que representam riscos para a estabilidade futura do balanço de pagamentos. O financiamento é concedido por meio Linha de Crédito para a Resiliência e Sustentabilidade (RSF).

Objetivo	Reduzir os riscos prospectivos para a estabilidade do balanço de pagamentos decorrentes de desafios estruturais de longo prazo relacionados a choques climáticos e pandemias nos países de baixa renda, nos países de renda média vulneráveis e nos pequenos Estados.
Finalidade	Ajudar os países membros a enfrentar os desafios estruturais de longo prazo relacionados à preparação para as mudanças climáticas e pandemias, com o intuito de fortalecer a estabilidade futura do balanço de pagamentos.
Habilitação	Países habilitados que podem receber assistência no âmbito do PRGT, todos os pequenos Estados com população inferior a 1,5 milhão com renda nacional bruta (RNB) <i>per capita</i> inferior a 25 vezes o limite operacional de 2021 da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) do Banco Mundial e todos os países de renda média com uma RNB <i>per capita</i> inferior a 10 vezes o limite operacional de 2021 da IDA.
Qualificação	Um pacote de medidas de política de alta qualidade compatíveis com o objetivo do RST, um programa de financiamento ou não financeiro concomitante com políticas nas parcelas superiores de crédito com pelo menos 18 meses restantes no momento da aprovação da RSF, e dívida sustentável e capacidade suficiente para reembolsar o FMI.
Condicionalidade	Medidas no âmbito de reformas ligadas a desafios estruturais de longo prazo pertinentes – separadas da condicionalidade do programa concomitante de qualidade nas parcelas superiores de crédito; previsão de uma estreita coordenação com o Banco Mundial e outros bancos multilaterais de desenvolvimento e instituições financeiras internacionais pertinentes para alavancar a experiência comparativa e o conhecimento institucional.
Políticas de acesso	Acesso conforme a norma (75% da quota) com um limite de acesso cumulativo global de 150% da quota ou DES 1 bilhão, o que for menor, com base na solidez das reformas, na sustentabilidade da dívida e na capacidade para reembolsar o FMI.
Condições de financiamento	Taxa de juros escalonada: países do Grupo A – taxa de juros do DES + 55 pontos-base (limitada a 2,25%); países do Grupo B – taxa de juros do DES + 75 pontos-base e uma comissão de serviço de 25 pontos-base; países do Grupo C – taxa de juros do DES + 95 pontos-base e uma comissão de serviço de 50 pontos-base. ^{1,2} Condições de reembolso: 10½–20 anos
Uso preventivo	Não
Duração e uso recorrente	A duração do acordo RSF geralmente coincide com a duração de um novo programa de qualidade nas parcelas superiores de crédito (quando os dois são solicitados juntos) ou com a duração restante de um programa de qualidade nas parcelas superiores de crédito já existente (quando a solicitação do acordo RSF ocorre em uma revisão do programa nas parcelas superiores de crédito); a duração mínima é de 18 meses para haver tempo suficiente para a implementação de medidas de reforma no âmbito da RSF, como uma assistência técnica necessária; possibilidade de uso recorrente, respeitados os limites de acesso. Em certas circunstâncias, é possível manter o acordo RSF quando é necessário passar para outro programa nas parcelas superiores de crédito.
Uso concomitante	Exige-se a aplicação concomitante de um programa de qualidade nas parcelas superiores de crédito.

Fonte: Departamento Financeiro do FMI.

¹ Em 18 de maio de 2023, a Diretoria Executiva aprovou a adoção de um teto para a taxa de juros aplicada aos mutuários de menor renda do RST.

² Aplica-se uma comissão de serviço única a cada saque de recursos no âmbito do RST no caso dos países dos Grupos B e C.

Visão geral dos empréstimos

O FMI continuou a responder aos desafios econômicos decorrentes de uma série de choques desde o início da pandemia global, recorrendo, por exemplo, aos empréstimos dentro dos programas apoiados pelo FMI.³

A demanda por empréstimos e apoio no âmbito das linhas de crédito do FMI permaneceu alta no exercício 2026. Entre 1º de maio de 2025 e 30 de abril de 2026, foram aprovados novos pedidos no montante de cerca de DES 29 bilhões, concentrados nas seguintes áreas:

- **Novos acordos de empréstimo da GRA e do PRGT, incluindo acordos preventivos:** a Diretoria Executiva aprovou dois novos acordos não preventivos do FMI com dois países; um no âmbito do Programa de Financiamento Ampliado da GRA, no montante de DES 5,9 bilhões, e um no âmbito da Linha de Crédito Ampliado do PRGT, no montante de DES 455,7 milhões. Também foram

aprovados três acordos preventivos no âmbito da GRA. Foram dois no âmbito da Linha de Crédito Flexível, no montante de DES 18,9 bilhões, e um na forma de um Acordo *Stand-By* de DES 128,8 milhões. Além desses acordos, dois países membros receberam desembolsos de financiamento emergencial no total de DES 456,8 milhões por meio do Instrumento de Financiamento Rápido da GRA.

- **Reforço de acordos de empréstimos em vigor:** O FMI suplementou cinco acordos em vigor no âmbito da Linha de Crédito Ampliado do PRGT para incorporar novas necessidades de financiamento no contexto de um diálogo contínuo em matéria de políticas, no montante de DES 309,6 milhões. Também aprovou a suplementação de acordos do Programa de Financiamento Ampliado com dois países membros, no montante de DES 1,1 bilhão.

- **A Diretoria Executiva** também aprovou pedidos de acordo no âmbito da Linha de Crédito para a Resiliência e Sustentabilidade para cinco países: Burkina Faso, Gâmbia, Jordânia, Libéria e Paquistão (totalizando cerca de DES 1,8 bilhão).



³ Incluindo os compromissos anteriores à pandemia, em 30 de abril de 2026, o total de compromissos de empréstimos não desembolsados e créditos pendentes no âmbito da Conta de Recursos Gerais era de cerca de DES 144 bilhões; o total correspondente no âmbito do PRGT era de cerca de DES 27 bilhões.

Aumentar a resiliência

graças a programas apoiados pelo FMI

Os países membros desenvolvem programas com o FMI para atender a uma variedade de necessidades. Os recentes programas com a Armênia, o México e Ruanda ilustram como o Fundo tem ajudado os países a implementar reformas, reforçar a resiliência, montar quadros de políticas robustos e restabelecer a prosperidade.

A **Armênia** registrou uma média de 7% de crescimento do PIB real nos últimos três anos – um feito impressionante para uma economia de renda média-alta, sustentado por uma gestão econômica robusta, políticas sólidas e um Acordo *Stand-By* (SBA) preventivo com o FMI, que teve início em 2022 e foi concluído com sucesso em 2025. No âmbito desse programa, o país também fortaleceu a estabilidade macroeconômica e reconstruiu as reservas externas. Com base nesse progresso, as autoridades iniciaram



recentemente um novo SBA preventivo de três anos (com acesso a 100% da quota) para ajudar a sustentar políticas prudentes e impulsionar ainda mais a confiança na economia. Embora ainda haja desafios, a experiência da Armênia

mostra como a implementação coerente de programas, com o apoio da assistência técnica do FMI, pode de fato ajudar a equilibrar prioridades de curto prazo com metas de médio prazo, permitindo um crescimento sustentado em meio a múltiplos choques.

O **México** foi o primeiro país membro a solicitar um acordo no âmbito da Linha de Crédito Flexível (FCL) do FMI, em 2009, para apoiar as suas reformas econômicas. Desde então, o país vem mantendo fundamentos econômicos muito sólidos e demonstrando um histórico confiável de implementação de políticas, o que permitiu às autoridades evitar lançar mão da FCL e reduzir sistematicamente o

nível de recursos disponíveis no âmbito dessa linha. A economia mexicana tem demonstrado resiliência e estabilidade diante do aumento da incerteza externa, em parte devido a políticas macroeconômicas e quadros institucionais bastante



Ruanda

sólidos, como um regime de câmbio flexível, um quadro confiável de metas de inflação, uma lei de responsabilidade fiscal e um setor financeiro bem regulamentado.

Ruanda tem colaborado com o FMI em diversas áreas para apoiar reformas nos últimos anos, enquanto busca se tornar um país de renda média. O Instrumento de Coordenação das Políticas 2022-25 apoiou a recuperação econômica após a pandemia, com reformas estruturais sustentando um crescimento econômico de cerca de 7%, apesar dos choques do lado da demanda e da oferta, incluindo uma considerável consolidação fiscal de cerca de 2% do PIB. A Linha de Crédito *Stand-by* 2023-24 ajudou a suprir necessidades de financiamento de curto prazo

causadas por emergências decorrentes de inundações. A Linha de Crédito para a Resiliência e Sustentabilidade 2022-24 se concentrou em reformas de longo prazo. Graças ao forte foco das autoridades ruandesas na implementação, essas reformas foram concluídas seis meses antes do previsto. A experiência do país é um exemplo de um desafio mais amplo em toda a África Subsaariana: sustentar o crescimento e, ao mesmo tempo, reconstruir reservas, preservar espaço para investimentos prioritários e gerir os riscos relacionados ao clima. Junto com outros países de desempenho sólido, como a Etiópia e Uganda, Ruanda mostra como a implementação sustentada de reformas pode ajudar os países a atravessar repetidos choques e manter

o impulso do desenvolvimento. Esse compromisso sustentado ajudou o país a alcançar uma das taxas de crescimento econômico mais altas da África.

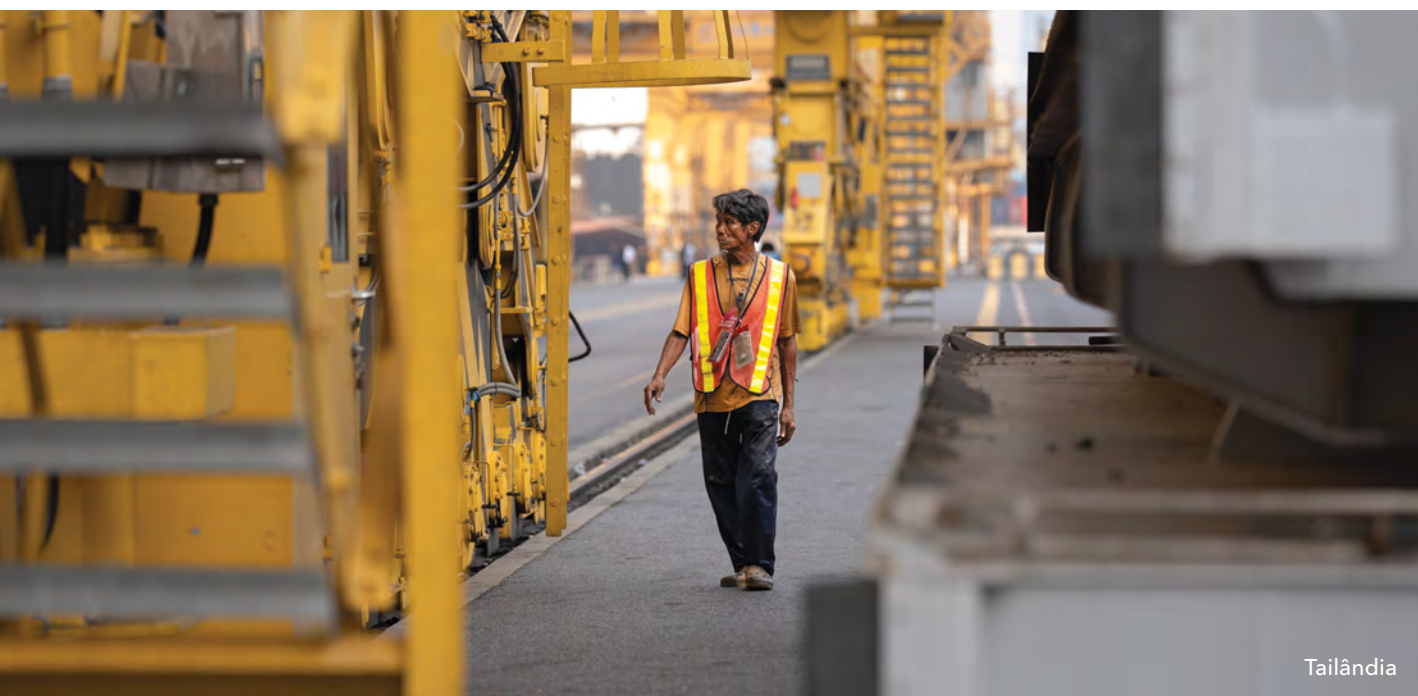
Esses exemplos do impacto transformador dos programas apoiados pelo FMI sublinham a importância da apropriação nacional, do envolvimento desde o início e dos esforços sustentados de reforma. A Avaliação do Desenho e Condicionalidade dos Programas a ser feita em 2026 proporcionará uma análise abrangente do impacto dos programas do FMI.

Desenvolvimento das capacidades

Fortalecer as capacidades das instituições – como os bancos centrais, os ministérios das finanças, as autoridades tributárias, os institutos de estatística e os órgãos de supervisão do setor financeiro – resulta em políticas mais eficazes e maior estabilidade econômica e crescimento. O FMI, junto com os seus parceiros, colabora com os países membros para atualizar as suas políticas econômicas e fortalecer as instituições ao fornecer assistência técnica e formação práticas adaptadas e de acordo com a demanda. O desenvolvimento das capacidades (DC) do FMI também contém um conjunto de publicações e ferramentas de diagnóstico e oportunidades de aprendizagem entre pares.

Na conjuntura atual de elevados riscos à estabilidade financeira, vulnerabilidades crescentes relacionadas à dívida e rápida digitalização, as atividades de desenvolvimento das capacidades cumprem um papel fundamental em ajudar os países a prevenir e enfrentar esses desafios. Ao fortalecer a capacidade institucional para identificar e gerir ameaças futuras, o desenvolvimento das capacidades contribui para aumentar a resiliência dos sistemas econômicos e financeiros.

A cada cinco anos, o FMI faz uma revisão abrangente da sua estratégia de desenvolvimento das capacidades. A revisão de 2024 delineou a visão do FMI no que diz respeito ao fortalecimento de instituições e à capacitação individual, tornando o desenvolvimento das capacidades mais flexível,



Tailândia

DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES



Kosovo

adaptado, e mais bem integrado à assessoria em políticas e ao desenho dos programas. A visão estratégica tem como base as vantagens comparativas do FMI e as prioridades em termos de supervisão e concessão de empréstimos em meio à evolução do cenário global.

No médio prazo, as prioridades em termos de reformas são modernizar ainda mais o desenvolvimento das capacidades com o uso de novas tecnologias, aumentar a eficácia da presença em campo por meio da rede de centros regionais de assistência técnica e formação do FMI, e reforçar a coordenação com outros parceiros de desenvolvimento para melhorar o peso, a eficiência e o financiamento das atividades de desenvolvimento das capacidades. A recém-publicada nota de orientação detalhada sobre o desenvolvimento

das capacidades e a revisão abrangente da supervisão, ora em andamento para identificar as prioridades do FMI nesse trabalho, visam promover ainda mais a integração dessas duas áreas. Além disso, a Avaliação do Desenho e Condicionalidade dos Programas, já iniciada, ajudará, entre outras coisas, a reforçar a integração

dos países membros nas áreas de *fintech*, moeda digital e modernização dos sistemas de pagamentos. O FMI se encontra numa posição privilegiada para ajudar os países membros nessas áreas, graças ao seu alcance global e experiência institucional de alto nível. Todos os países se beneficiam do desenvolvimento



Estados Unidos

do desenvolvimento das capacidades com os objetivos dos programas apoiados pelo FMI.

O desenvolvimento das capacidades se concentra nas principais áreas de especialização do FMI, como finanças públicas, estabilidade do setor financeiro, operações dos bancos centrais, quadros macroeconômicos e estatísticas econômicas. Ajuda os países a formular políticas macroeconômicas mais eficazes, mobilizar receitas, gastar melhor, produzir dados mais sólidos para as decisões econômicas e fortalecer a estabilidade monetária e financeira, por exemplo, ao ampliar a capacidade de regulação e supervisão

das capacidades, mas é dada prioridade aos países de baixa renda e aos Estados frágeis e afetados por conflitos, bem como aos países com programas com o FMI.

A pedido das autoridades nacionais, as equipes do FMI e os peritos técnicos formulam e executam um plano de trabalho integrado, adaptado às necessidades e capacidades de absorção do país membro.

Além disso, uma variedade de publicações apresenta informações técnicas e análises transversais de grande utilidade para as autoridades nacionais. O FMI normalmente articula o trabalho com os países membros por meio de uma rede de 17 centros regionais de desenvolvimento das

PARTE 2: O QUE FAZEMOS

capacidades, destacamento de consultores residentes de longo prazo, cuja presença contínua em campo é especialmente valiosa para a construção de instituições em contextos frágeis e com limitações de capacidade, e tarefas de curto prazo envolvendo equipes do FMI e peritos externos (em campo, à distância ou numa combinação das duas modalidades, ou seja, em um modelo “híbrido”), formação presencial e cursos on-line gratuitos. Os doadores parceiros

Assunção, o programa-piloto oferece formação adaptada a funcionários da região, onde o FMI está envolvido ativamente no que diz respeito à supervisão e concessão de empréstimos, e onde as nossas pesquisas confirmam uma demanda considerável e ainda não atendida por desenvolvimento das capacidades.

Dois outros centros no Hemisfério Ocidental – o Centro Regional de Assistência Técnica do Caribe (CARTAC) e o

Em março de 2026, o FMI anunciou o Centro de Assistência Técnica para o Sudeste Europeu (SEETAC), um novo centro regional de desenvolvimento das capacidades que fortalecerá as instituições econômicas e a formulação de políticas nos países dos Balcãs Ocidentais – Albânia, Bósnia e Herzegovina, Kosovo, Macedônia do Norte, Montenegro e Sérvia – e na Moldávia. O SEETAC deve iniciar as operações até janeiro de 2027. Após um processo de avaliação competitivo, Roma foi escolhida para sediar o centro, que prestará assistência técnica adaptada e de alta qualidade em áreas-chave da gestão macroeconômica: política fiscal, políticas monetárias e do setor financeiro, quadros e previsões macroeconômicos, estatísticas e questões jurídicas. O centro também oferecerá *workshops* e seminários entre pares para autoridades dos sete países membros e complementar a capacitação oferecida pelo Instituto Multilateral de Viena do FMI.

Por fim, o Centro de Desenvolvimento das Capacidades China-FMI (CIDCC), uma iniciativa colaborativa entre o FMI e o Banco Popular da China, mudou-se para as instalações compartilhadas com o Centro do FMI em Xangai – um polo recém-criado para promover a pesquisa e o intercâmbio de conhecimento em países de mercados



do FMI e os países membros dos centros regionais financiam cerca de dois terços dos gastos diretos destinados ao desenvolvimento das capacidades.

Entre os marcos importantes no exercício 2026, destaca-se o lançamento de um programa regional de capacitação para a América do Sul e o México. Organizado pelo Banco Central do Paraguai em

Centro Regional de Assistência Técnica para a América Central, Panamá e República Dominicana (CAPTAC-DR) – comemoraram aniversário (página 44). Ambos promovem o fortalecimento das capacidades, facilitam processos de reforma e apoiam a integração à economia mundial dos seus 30 Estados membros na América Central e no Caribe.



Estados Unidos

emergentes e de renda média da região da Ásia e do Pacífico

O programa de aprendizagem on-line do FMI continuou a crescer, alinhado com as recomendações da revisão da estratégia de desenvolvimento das capacidades. Um dos principais focos no exercício 2026 foi fortalecer e revitalizar a qualidade e a pertinência dos cursos básicos em áreas-chave, como programação financeira, diagnósticos e previsões macroeconômicos, mercados financeiros e finanças públicas, de modo que os participantes tenham acesso a conteúdos atualizados e rigorosos que ofereçam formação e assistência técnica mais avançadas. Foram lançados 13 novos cursos abertos on-line, quatro em inglês e nove em outros idiomas, com um total de 136 cursos oferecidos. Além disso, a oferta de microaprendizagem do FMI foi

ampliada, com mais de 75 novos vídeos curtos sob demanda, proporcionando aos participantes ferramentas flexíveis e direcionadas para preencher lacunas no conhecimento e desenvolver habilidades relevantes para o trabalho.

O FMI também reformulou o programa de formação externa para autoridades nacionais. O programa de 2026 foi modernizado de modo a incluir percursos de aprendizagem ilustrativos, com uma sequência estruturada de cursos. Adotou-se também uma nova taxonomia das modalidades de formação do FMI, para tornar mais fácil para os participantes se orientar dentro do programa em expansão. Juntas, essas melhorias visam promover



Índia

a aprendizagem contínua, fortalecer as capacidades e ajudar os participantes a alcançar as suas metas de desenvolvimento profissional (página 46).

Fortalecimento da capacidade macroeconômica na América Central e no Caribe



Estados Unidos

Há mais de 15 anos, o centro trabalha em estreita colaboração com autoridades nacionais e parceiros de desenvolvimento, prestando assistência técnica nas áreas de finanças públicas, setores monetário e financeiro, e estatísticas macroeconômicas. Esse envolvimento, adaptado às prioridades de desenvolvimento específicas de cada país, contribuiu

Dois dos centros de desenvolvimento das capacidades do FMI nas Américas, – o Centro Regional de Assistência Técnica para a América Central, Panamá e República Dominicana (CAPTAC-DR) e o Centro Regional de Assistência Técnica do Caribe (CARTAC) – comemoraram aniversário no exercício 2026.

O CAPTAC-DR foi inaugurado em maio de 2009 na Cidade da Guatemala como uma iniciativa colaborativa entre sete países membros (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e República Dominicana), parceiros de desenvolvimento externos e o FMI.

para avanços tangíveis, como o reforço da mobilização de receitas, práticas modernizadas de gestão do tesouro, melhor execução da política monetária, adoção mais ampla de normas internacionais na supervisão e regulação bancárias, e melhor qualidade e divulgação de dados macroeconômicos nos Estados membros.

Ao mesmo tempo, os países continuam a enfrentar desafios persistentes, como limitações de capacidade, implementação desigual das reformas, vulnerabilidade a choques externos e a necessidade de sustentar os ganhos institucionais em meio à evolução dos riscos macrofinanceiros. O CAPTAC-DR continuará a apoiar os seus países membros na consolidação de reformas e no fortalecimento de instituições para enfrentarem um ambiente global cada vez mais complexo.

Já o CARTAC vem atendendo aos seus 23 países membros na região do Caribe há um quarto de século. Desde 2001, o centro tem oferecido apoio com o objetivo de fortalecer a capacidade humana e institucional para formular e implementar políticas macroeconômicas e financeiras sólidas que promovam o crescimento e reduzam a pobreza na região. O trabalho

abrange áreas cruciais para a resiliência econômica, como análise macroeconômica, gestão das finanças públicas, administração tributária, estabilidade e supervisão financeiras, gestão da dívida e estatísticas econômicas.

Com o passar dos anos, o CARTAC também se adaptou para melhor atender aos seus países membros em meio à constante evolução dos desafios enfrentados pela região. A assistência técnica e a formação oferecidas pelo centro se baseiam na demanda e vêm contribuindo para melhorias em áreas como administração

tributária, credibilidade orçamentária, sustentabilidade da dívida, supervisão do setor financeiro e qualidade das estatísticas econômicas na região. O CARTAC também tem sido fundamental no apoio aos futuros líderes regionais, tendo patrocinado mais de 100 estagiários em diversas entidades nacionais por todo o Caribe.

O CARTAC continuará concentrado em oferecer capacitação flexível e voltada para resultados, aprofundar a aprendizagem entre pares na região e integrar questões macrocríticas em todas as suas linhas de trabalho.



Fortalecimento das capacidades graças a um programa de formação renovado do FMI



No ano de 2026, o FMI lançou um programa de formação externo renovado, concebido para orientar melhor as autoridades dos países membros para identificarem e acessarem oportunidades de aprendizagem em toda a rede global de formação do FMI. O novo programa reflete as conclusões de uma revisão externa do currículo, feita em resposta às recomendações da revisão da estratégia de desenvolvimento das capacidades de 2024, que exigia percursos de

aprendizagem mais claros, reforço do alinhamento com o trabalho do FMI em políticas e melhor acessibilidade em todas as modalidades de formação.

Ministrado pelos centros regionais de formação do FMI, tanto na sede como on-line, o programa continua centrado nas principais áreas de especialização do FMI, como finanças públicas, estabilidade financeira, política monetária e quadros e estatísticas macroeconômicos. O objetivo é fortalecer a capacidade dos servidores públicos de

elaborar e implementar políticas econômicas sólidas, combinando bases conceituais firmes com ferramentas analíticas práticas. O programa de 2026 ressalta uma integração mais forte entre a formação e outras atividades de capacitação do FMI. Os cursos voltados para políticas estão cada vez mais alinhados com a supervisão, as operações de crédito e a assistência técnica do FMI, enquanto eventos de aprendizagem entre pares e *workshops* regionais oferecem oportunidades para que esses servidores troquem experiências e apliquem conhecimentos aos desafios específicos de cada país.

Para atender às diversas necessidades dos países membros em todo o mundo, o FMI oferece formação em diversos formatos, como cursos on-line, *workshops* presenciais nos centros regionais e na sede, sessões híbridas, seminários virtuais e programas de aprendizagem que combinam o ensino on-line ao presencial. Essa abordagem flexível permite que os participantes interajam com instrutores especializados, colaborem com colegas e

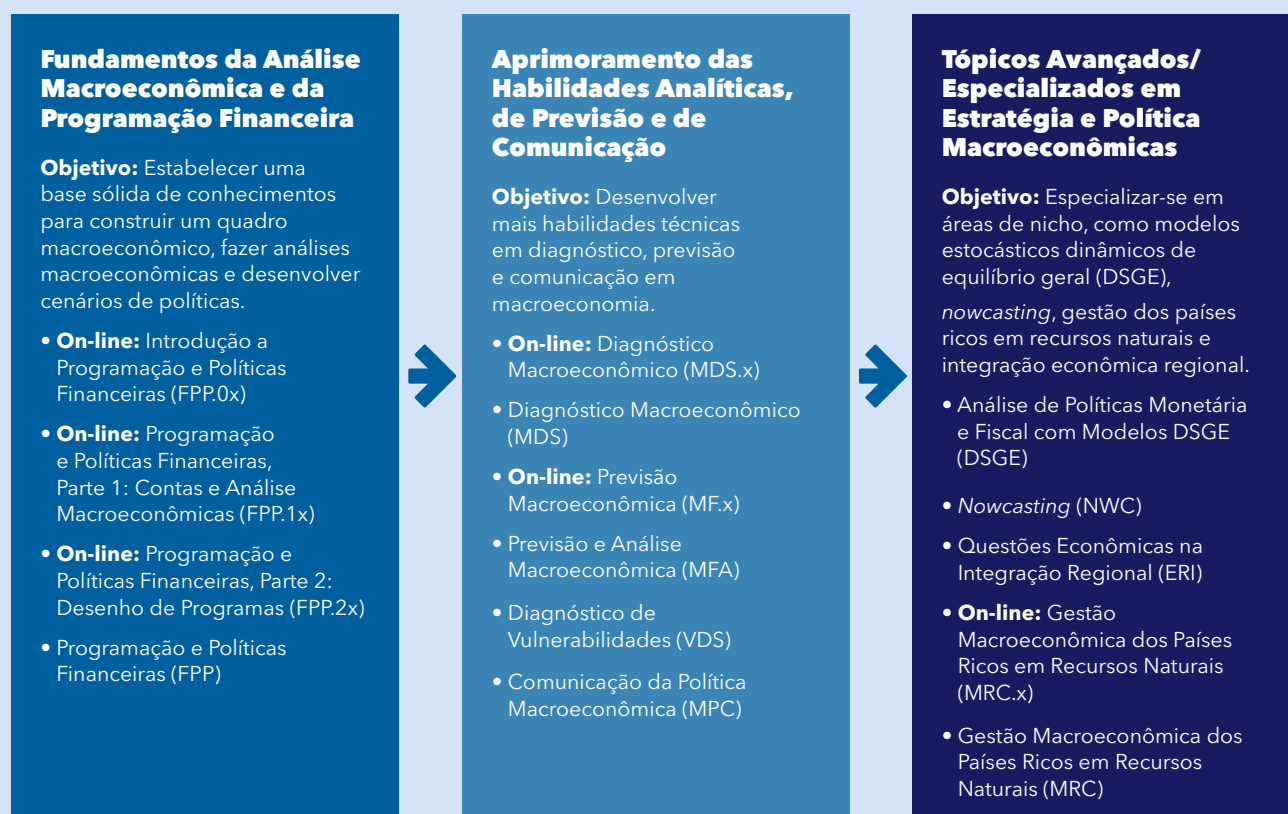
acessem uma ampla gama de recursos. Ao adotar abordagens de capacitação inovadoras, o FMI promove um ambiente de aprendizagem dinâmico que fortalece a capacidade de pessoas e instituições, contribuindo, em última análise, para uma formulação de políticas econômicas mais eficaz em todo o mundo.

Uma característica importante do programa de formação renovado é a adoção de

percursos de aprendizagem ilustrativos que orientam os participantes por meio de sequências estruturadas de cursos dentro de áreas temáticas específicas, começando com conceitos básicos e avançando até tópicos mais avançados. Essa abordagem não apenas contribui para o domínio de habilidades específicas, mas também ajuda os alunos a se manterem motivados e organizados ao longo da

sua jornada educacional. Embora os percursos de aprendizagem detalhados no programa de 2026 não sejam prescritivos e não constituam uma sequência obrigatória de cursos, são um valioso roteiro para os servidores públicos e as suas instituições, auxiliando no planejamento do desenvolvimento de habilidades e no fortalecimento da capacidade para formular políticas com mais eficácia.

FIGURA 2.1. PERCURSO DE APRENDIZAGEM ILUSTRATIVO



Fonte: Elaborado pelo Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades do FMI.

A capacitação em números

EF 2026

US\$ 400^M

em assessoria técnica
prática, formação
centrada nas políticas e
aprendizagem entre pares

Projetos de desenvolvimento
das capacidades envolvendo
1.655 peritos em apoio a
163 países membros do FMI:

2.987

7

idiomas de
formação
propostos

Cursos
ministrados:

519

2

Estados frágeis e afetados por conflitos
(República Democrática do Congo
e Ucrânia) entre os 10 principais
beneficiários do trabalho de
desenvolvimento das capacidades

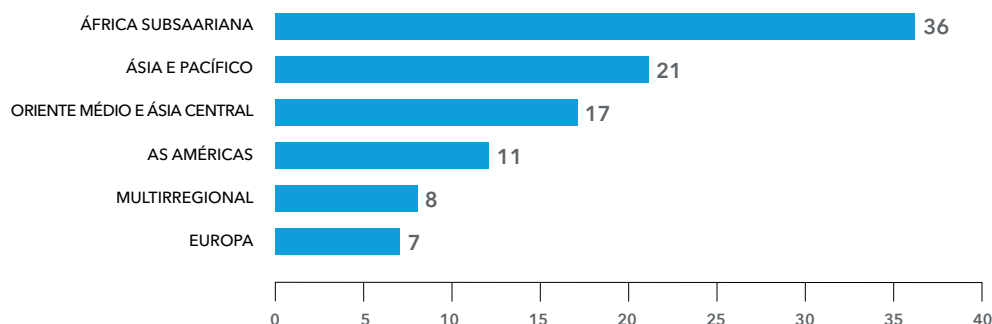
Funcionários
que receberam
formação:

17.253

23.010

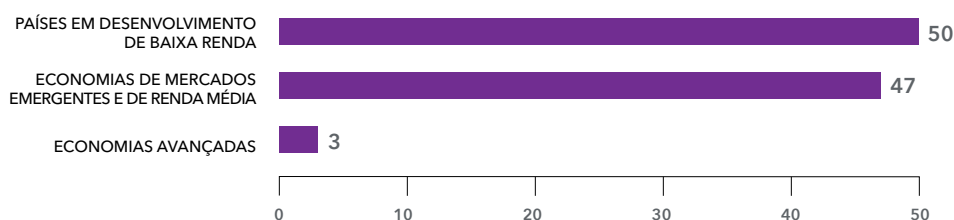
participantes
no programa de
aprendizagem
on-line

FIGURA 2.2.
DESENVOLVIMENTO
DAS CAPACIDADES POR
REGIÕES
EXERCÍCIO 2026
(Porcentagem do total)



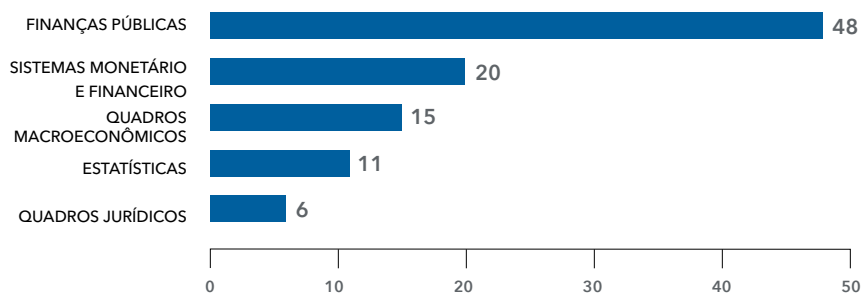
Fontes: Programa de Gestão e Administração das Atividades de Desenvolvimento das Capacidades do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

FIGURA 2.3.
DESENVOLVIMENTO
DAS CAPACIDADES POR
GRUPO DE RENDA
EXERCÍCIO 2026
(Porcentagem do total)



Fontes: Programa de Gestão e Administração das Atividades de Desenvolvimento das Capacidades do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

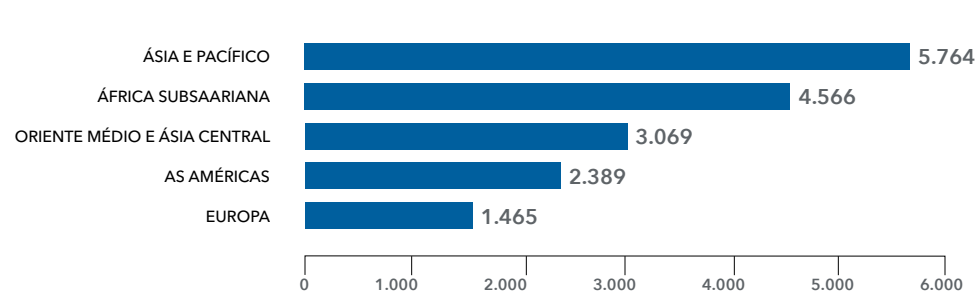
FIGURA 2.4.
DESENVOLVIMENTO
DAS CAPACIDADES POR
TEMA
EXERCÍCIO 2026
(Porcentagem do total)



Fontes: Programa de Gestão e Administração das Atividades de Desenvolvimento das Capacidades do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

PARTE 2: O QUE FAZEMOS

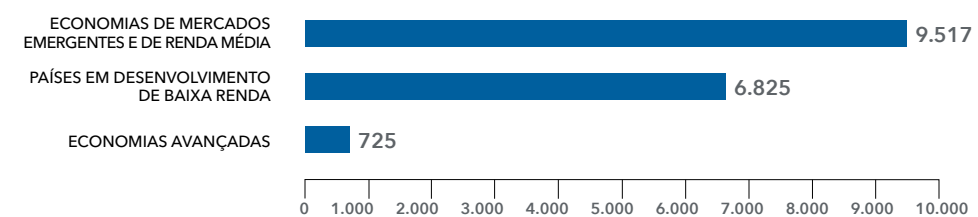
FIGURA 2.5.
FORMAÇÃO
PARTICIPAÇÃO NOS
CURSOS, POR REGIÃO
DE ORIGEM DOS
PARTICIPANTES
EXERCÍCIO 2026
(número de participantes)



Fontes: Sistema de Acompanhamento dos Participantes e Candidatos do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: A maior parte da formação oferecida pelo FMI está centralizada no Programa de Formação do Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades (ICD), que inclui cursos coordenados pelo ICD e ministrados pelo próprio ICD, por outros departamentos da sede do FMI e pelos diversos centros regionais de desenvolvimento das capacidades do FMI, além de programas dirigidos a servidores públicos nacionais. A formação inclui também os cursos on-line do FMI concluídos satisfatoriamente pelos servidores nacionais, bem como formações dos departamentos funcionais ou de parceiros externos nos centros regionais de desenvolvimento das capacidades fora do programa de formação do ICD.

FIGURA 2.6.
FORMAÇÃO
PARTICIPAÇÃO POR
GRUPO DE RENDA
EXERCÍCIO 2026
(número de participantes)



Fontes: Sistema de Acompanhamento dos Participantes e Candidatos do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: A maior parte da formação oferecida pelo FMI está centralizada no Programa de Formação do Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades (ICD), que inclui cursos coordenados pelo ICD e ministrados pelo próprio ICD, por outros departamentos da sede do FMI e pelos diversos centros regionais de desenvolvimento das capacidades do FMI, além de programas dirigidos a servidores públicos nacionais. A formação inclui também os cursos on-line do FMI concluídos satisfatoriamente pelos servidores nacionais, bem como formações dos departamentos funcionais fora do programa de formação do ICD.

Os 10 principais parceiros das atividades de desenvolvimento das capacidades do FMI

(contribuições em dólares dos Estados Unidos nos últimos cinco exercícios, EFs 2022-26)

1. Japão
2. União Europeia
3. Arábia Saudita
4. Suíça
5. China
6. Índia
7. Kuwait
8. Alemanha
9. França
10. Países Baixos

Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Com base na média anualizada de acordos firmados dos EFs 2022-26, incluindo o apoio a centros regionais de desenvolvimento das capacidades prestado diretamente pelos países anfitriões.

Os 10 principais beneficiários das atividades de desenvolvimento das capacidades do FMI

(desenvolvimento das capacidades oferecido, em dólares dos Estados Unidos, EF 2026)

1. Ucrânia
2. Sri Lanka
3. República Democrática do Congo
4. Gana
5. Gâmbia
6. China
7. Uganda
8. Libéria
9. Quênia
10. Uzbequistão

Fontes: Programa de Gestão e Administração das Atividades de Desenvolvimento das Capacidades do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Os 10 principais beneficiários, segundo a participação em cursos

(em semanas de participação, EF 2026)

1. Indonésia
2. Camarões
3. Índia
4. China
5. Bangladesh
6. Sri Lanka
7. Quênia
8. Uzbequistão
9. Paquistão
10. Ucrânia

Fontes: Sistema de Acompanhamento dos Participantes e Candidatos do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: semanas de participação = número de participantes vezes a duração do curso.

Quadro 2.4. Fundos temáticos e fundos nacionais para as atividades de desenvolvimento das capacidades do FMI

(Em 30 de abril de 2026)

Nome	Parceiros
Prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo (AML/CFT)	Alemanha, Arábia Saudita, Canadá, Catar, Coreia, França, Itália, Japão, Luxemburgo, Países Baixos, Reino Unido, Suíça
Fundo de Dados para Decisões (D4D)	Alemanha, Arábia Saudita, China, Coreia, Japão, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Suíça
Mecanismo de Gestão da Dívida (DMF) (em conjunto com o Banco Mundial)	Alemanha, Áustria, Banco Africano de Desenvolvimento, Canadá, Estados Unidos, França, Japão, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suíça, União Europeia
Fundo para a Estabilidade do Setor Financeiro (FSSF)	Alemanha, Arábia Saudita, China, Coreia, Luxemburgo, Suécia, Suíça
Parceria Mundial para as Finanças Públicas (GPFP)	Alemanha, Arábia Saudita, Bélgica, Coreia, Dinamarca, França, Japão, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suécia, Suíça, União Europeia
Fundo para a Somália	Arábia Saudita, Canadá, Itália, Reino Unido, Suécia, União Europeia
Fundo para o Desenvolvimento das Capacidades da Ucrânia	Canadá, Finlândia, Irlanda, Japão, Letônia, Lituânia, Países Baixos, Polônia, República Eslovaca, Suíça, União Europeia

Fonte: Instituto do FMI para o Desenvolvimento das Capacidades.

Nota: Parceiros representa acordos firmados, alocações aprovadas por doadores e relagens de fase até 30 de abril de 2026.

PARTE 2: O QUE FAZEMOS

Quadro 2.5. Centros regionais de desenvolvimento das capacidades do FMI

(Em 30 de abril de 2026)

Nome	Parceiros	Países membros
Instituto de Formação para África (ATI)	Arábia Saudita, China, Ilhas Maurício (país-sede), União Europeia	Formação oferecida a 45 países na África Subsaariana
Centro Regional de Assistência Técnica do Caribe (CARTAC)	Banco Central do Caribe Oriental, Banco de Desenvolvimento do Caribe, Barbados (país-sede), Canadá, Países Baixos, Reino Unido, União Europeia	Anguila, Antígua e Barbuda, Aruba, Bahamas, Barbados, Belize, Bermuda, Curaçau, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Ilhas Cayman, Ilhas Turks e Caicos, Ilhas Virgens Britânicas, Jamaica, Montserrat, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Sint Maarten, Suriname, Trinidad e Tobago
Centro Regional de Desenvolvimento das Capacidades do Cáucaso, Ásia Central e Mongólia (CCAMTAC)	Banco Asiático de Desenvolvimento, China, Cazaquistão (país-sede), Coreia, Estados Unidos, Polónia, Rússia, Suíça, União Europeia	Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão, Geórgia, Mongólia, República Quirguiz, Tajiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão
Centro Regional de Assistência Técnica para a América Central, Panamá e República Dominicana (CAPTAC-DR)	Espanha, Guatemala (país-sede), Luxemburgo, México, União Europeia	Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, República Dominicana
Centro de Capacitação China-FMI (CICDC)	China (país-sede)	Formação oferecida à China e uma série de países
Gabinete de Desenvolvimento das Capacidades do FMI na Tailândia (CDOT)	Japão, Tailândia (país-sede)	Principais países beneficiários: Camboja, R.P.D. Laos, Myanmar, Vietnã; certos projetos no CDOT também abrangem outros países na região do Sudeste Asiático e ilhas do Pacífico.
Instituto Regional de Formação FMI-Singapura (STI)	Japão, Singapura (país-sede)	Formação oferecida a 38 países na região da Ásia e do Pacífico
Instituto Multilateral de Viena (JVI)	Áustria (membro primário e país-sede) e parceiros/doadores internacionais	Formação oferecida a 31 países (30 na Europa Central, Oriental e do Sudeste, Cáucaso, Ásia Central, além do Irã)

Fonte: Instituto do FMI para o Desenvolvimento das Capacidades.

Nota: O FMI também oferece cursos no contexto de programas regionais de formação e na sede em Washington, DC. Parceiros representa acordos firmados, alocações aprovadas por doadores e relagens de fase até 30 de abril de 2026.

DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES

Nome	Parceiros	Países membros
Centro de Economia e Finanças do Oriente Médio (CEF)	Kuwait (país-sede)	Formação oferecida aos países membros da Liga Árabe
Centro Regional de Assistência Técnica do Oriente Médio (METAC)	Alemanha, Arábia Saudita, França, Países Baixos, Suíça, União Europeia	Afganistão, Argélia, Cisjordânia e Gaza, Djibuti, Egito, Iêmen, Iraque, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Síria, Sudão, Tunísia
Centro de Assistência Técnica Financeira do Pacífico (PFTAC)	Austrália, Banco Asiático de Desenvolvimento, Coreia, Estados Unidos, Fiji (país-sede), Japão, Nova Zelândia, Reino Unido, União Europeia	Fiji, Ilhas Cook, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Kiribati, Micronésia, Nauru, Niue, Palau, Papua Nova Guiné, Samoa, Timor-Leste, Tokelau, Tonga, Tuvalu, Vanuatu
Centro Regional de Assistência Técnica para a África Central (AFRITAC Central)	Alemanha, Bélgica, China, França, Gabão (país sede), União Europeia	Burundi, Camarões, Chade, Gabão, Guiné Equatorial, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, República do Congo, São Tomé e Príncipe
Centro Regional de Assistência Técnica para a África Oriental (AFRITAC Oriental)	Alemanha, Arábia Saudita, China, Noruega, Países Baixos, Suíça, Reino Unido, Tanzânia (país-sede), União Europeia	Eritreia, Etiópia, Maláui, Quênia, Ruanda, Sudão do Sul, Tanzânia, Uganda
Centro Regional de Assistência Técnica para a África Austral (AFRITAC Sul)	Alemanha, Arábia Saudita, China, Ilhas Maurício (país-sede), Noruega, Reino Unido, Suíça, União Europeia	África do Sul, Angola, Botsuana, Comores, Essuatini, Ilhas Maurício, Lesoto, Madagascar, Moçambique, Namíbia, Seicheles, Zâmbia, Zimbábue
Centro Regional de Assistência Técnica para a África Ocidental (AFRITAC Ocidental)	Alemanha, Arábia Saudita, Bélgica, China, Côte d'Ivoire (país sede), França, Noruega, União Europeia	Benin, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Guiné, Guiné-Bissau, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal, Togo
Centro Regional de Assistência Técnica para a África Ocidental 2 (AFRITAC Ocidental 2)	Arábia Saudita, China, Gana (país-sede), Suíça, Reino Unido, União Europeia	Cabo Verde, Gâmbia, Gana, Libéria, Nigéria, Serra Leoa
Centro Regional de Formação e Assistência Técnica do Sul da Ásia (SARTTAC)	Austrália, Coreia, Índia (país-sede), União Europeia	Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Sri Lanka

Apoio do FMI em fóruns internacionais

A Diretora-Geral Kristalina Georgieva e ministros das Finanças e governadores de bancos centrais durante as Reuniões de Primavera de 2026 do FMI e GBM em Washington, DC.

O FMI promove a colaboração internacional por meio da participação ativa em fóruns internacionais importantes. Atua como consultor de confiança do Grupo dos Vinte (G20) desde sua criação, contribuindo com conhecimentos analíticos para as discussões entre ministros das finanças e presidentes de bancos centrais com o intuito de apoiar políticas que promovam a estabilidade e o crescimento.

Sob a presidência da África do Sul no G20 em 2025, o FMI apoiou a Trilha de Finanças por meio de contribuições regulares para os grupos de trabalho sobre o Quadro do G20 e a arquitetura Financeira Internacional, oferecendo análises sobre temas como a economia global, o setor financeiro, vulnerabilidades da dívida, fluxos de capital,

a rede mundial de segurança financeira e a mobilização de recursos internos.

No que diz respeito à dívida, o FMI continuou a prestar apoio técnico aos casos de reestruturação de dívida em andamento e ajudou ainda mais a formar um entendimento comum e a melhorar os processos de reestruturação por meio da Mesa-redonda Mundial

sobre a Dívida Soberana. Além disso, em conjunto com o Banco Mundial, promoveu a implementação da abordagem de três pilares para auxiliar países com uma agenda de reformas sólida e dívida sustentável quando enfrentam desafios de financiamento de curto prazo que possam limitar-lhes a capacidade de investir em gastos essenciais para o crescimento. Também foram apresentadas análises sobre as vulnerabilidades macroeconômicas na África, os preparativos para a Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento e os esforços para fortalecer a mobilização de receitas internas. Em paralelo, o FMI fez um balanço da rede mundial de segurança financeira e envidou esforços para fortalecê-la por meio da colaboração com mecanismos de financiamento regionais.

Sob a presidência dos Estados Unidos no G20, o FMI contribuiu para áreas prioritárias, como crescimento, desequilíbrios globais e dívida, oferecendo análises sobre os fatores determinantes e os impactos desses desequilíbrios e prestando assessoria sobre reformas estruturais para impulsionar o crescimento no médio prazo. Além do G20, o FMI participa ativamente da Trilha de Finanças do G7, com assessoria em políticas e atualizações sobre os desdobramentos macroeconômicos e financeiros globais, bem como sobre os desequilíbrios globais.

O FMI também trabalha em estreita coordenação com organizações internacionais relevantes para responder a

choques e avaliar o impacto econômico das crises. Em 2022, criou rapidamente um grupo de coordenação com o Banco Mundial, o Programa Alimentar Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) para ajudar a combater a insegurança alimentar decorrente da combinação dos efeitos da pandemia e da guerra na Ucrânia. Em abril de 2026, reuniu um grupo de coordenação formado pela Agência Internacional de Energia, o Banco Mundial e a OMC para apresentar dados e avaliações dos impactos econômicos e relacionados à energia da guerra no Oriente Médio, acompanhar as políticas em resposta dos países e coordenar a assessoria em

políticas e a avaliação das necessidades de financiamento e da respectiva prestação de apoio financeiro.

No âmbito da Diretoria Executiva, durante o exercício 2026, a Comissão de Ligação manteve contato com diversas organizações internacionais, como o Banco Mundial, a OMC, o Conselho de Estabilidade Financeira e o Conselho Econômico e Social da ONU, com o objetivo de promover a coerência na agenda internacional de economia, finanças, comércio e desenvolvimento, além de manter a Diretoria informada sobre o andamento da situação.

De maneira mais ampla, a Direção e o corpo técnico do FMI cumprem um papel central nas discussões econômicas globais com a participação em fóruns e instituições internacionais importantes, bem como por meio do envolvimento com órgãos regionais. A Diretora-Geral é membro do Conselho de Chefes Executivos do Sistema das Nações Unidas para a Coordenação enquanto o corpo técnico do FMI colabora com o Conselho de Estabilidade Financeira, o Grupo de Ação Financeira Internacional e outros órgãos normativos, como o Comitê de Supervisão Bancária de Basileia. O FMI também apoia o diálogo sobre políticas regionais por meio do envolvimento com parceiros como a ASEAN, a Cooperação Econômica Ásia-Pacífico e a Comissão Europeia.



A Diretora-Geral Kristalina Georgieva se reúne com o Primeiro-Ministro da Malásia, Anwar Ibrahim, na 47ª Cúpula da ASEAN em Kuala Lumpur, na Malásia.

PARTE 3:

QUEM SOMOS



FMI
ORGANOGRAMA
[IMF.ORG/ORGCHART](https://imf.org/orgchart)



Estados Unidos

PARTE 3: QUEM SOMOS

DIRETORES EXECUTIVOS

Em 30 de abril de 2026

A Diretoria Executiva (a Diretoria) conduz as atividades diárias do FMI. É composta por 25 Diretores Executivos, eleitos pelos países membros ou por grupos de países, e pela Diretora-Geral, que a preside.

Os países membros do FMI são representados na Diretoria Executiva da instituição, que debate as consequências nacionais, regionais e mundiais das políticas econômicas de cada país membro, aprova o financiamento do FMI para ajudar os países membros a resolver problemas temporários do balanço de pagamentos, e supervisiona as iniciativas do FMI em matéria de desenvolvimento de capacidades.



Patryk
Łoszewski

Yigit
Korkmaz
Yaşar

André
Roncaglia

Vitas
Vasiliauskas

Jeroen
Clicq

Jiyoung
Choi

Urjit
Patel

Idwan
Hakim

Adriano
Ubisse

Veda
Poon

Zhengxin
Zhang

Ksenia
Yudaeva

Mohamed
Alrashed



Shannon
Ding

Mohamed
Maait

Leonardo
Madcur

Brad
Recker

Arnaud
Buissé

Bahador
Bijani

Riccardo
Ercoli

Ouattara
Wautabouna

Xiana
Méndez
Bertolo

Bernd
Kaltenhäuser

Jun
Mizuguchi

Régis
N'Sondé

PARTE 3: QUEM SOMOS

EQUIPE DA DIREÇÃO-GERAL

O FMI é liderado por uma Diretora-Geral, que, além de dirigir o pessoal do Fundo, preside a Diretoria Executiva com o apoio do Primeiro Diretor-Geral Adjunto e três Diretores-Gerais Adjuntos.

Diretor-Geral Adjunto
Nigel Clarke

Diretor-Geral Adjunto
Kenji Okamura

Primeiro Diretor-Geral Adjunto
Dan Katz

Diretora-Geral
Kristalina Georgieva

Diretor-Geral Adjunto
Bo Li





PARTE 3: QUEM SOMOS

DIRETORES EXECUTIVOS E SUPLENTES

Em 30 de abril de 2026

Mohamed Alrashed Fahad Aljawini	Arábia Saudita
Bahador Bijani Mohammed El Qorchi	Argélia, Gana, Irã, Líbia, Marrocos, Paquistão, Tunísia
Arnaud Buissé Eve Maurice	França
Jiyoung Choi Mark Blackmore Nghi Luu	Austrália, Coreia, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Kiribati, Micronésia, Mongólia, Nauru, Nova Zelândia, Palau, Papua Nova Guiné, Samoa, Seicheles, Tuvalu, Vanuatu
Jeroen Clicq Vladyslav Rashkovan Marnix van Rij	Andorra, Armênia, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Chipre, Croácia, Geórgia, Israel, Luxemburgo, Macedônia do Norte, Moldova, Montenegro, Países Baixos, Romênia, Ucrânia
Shannon Ding Vago	Estados Unidos
Riccardo Ercoli Michael Massourakis	Albânia, Grécia, Itália, Malta, Portugal, San Marino
Idwan Hakim Kaweewudh Sumawong	Brunei Darussalam, Camboja, Fiji, Filipinas, Indonésia, R.P.D. Laos, Malásia, Nepal, Singapura, Tailândia, Tonga, Vietnã
Bernd Kaltenhäuser Ludger Wocken	Alemanha
Patryk Łoszewski Christoph Baumann-Kesten	Azerbaijão, Cazaquistão, Liechtenstein, Polônia, República Quirguiz, Sérvia, Suíça, Tajiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão
Mohamed Maait Ali Alhosani	Bahrein, Catar, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Maldivas, Omã, Somália
Leonardo Madcur Óscar A. Hendrick	Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru, Uruguai
Xiana Méndez Bertolo Daniel Munevar Sastre Gerardo Zuniga Villasenor	Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México

Jun Mizuguchi Shuntaro Hara	Japão
Régis N'Sondé Fatou Assah Jephthe Nsumbu	Burundi, Camarões, Chade, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Gabão, Guiné Equatorial, Quênia, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, República do Congo, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Sudão, Sudão do Sul, Uganda
Urjit Patel Sujeetha Jegajeevan	Bangladesh, Butão, Índia, Sri Lanka
Veda Poon Ivar van Hasselt	Reino Unido
Brad Recker Gina Fitzgerald	Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Canadá, Dominica, Granada, Irlanda, Jamaica, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas
André Roncaglia Bernardo Acosta Felipe Antunes	Brasil, Cabo Verde, Equador, Guiana, Haiti, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, Suriname, Timor-Leste, Trinidad e Tobago
Adriano Ubisse Pedro Silva Vuyelwa Vumendlini	África do Sul, Angola, Botsuana, Comores, Essuatíni, Lesoto, Madagascar, Maláui, Maurício, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue
Vitas Vasiliauskas Ingrid Solberg	Dinamarca, Estônia, Finlândia, Islândia, Letônia, Lituânia, Noruega, Suécia
Ouattara Wautabouna Oumar Diakite Afolabi Olowookere	Benin, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa, Togo
Yigit Korkmaz Yaşar Christian Just Gabor Meizer	Áustria, Belarus, Eslovênia, Hungria, Kosovo, República Checa, República Eslovaca, Turquia
Ksenia Yudaeva Sergey Potapov	Rússia, Síria
Zhengxin Zhang Ming Ai	China

QUADROS DIRIGENTES DO FMI

Em 30 de abril de 2026*

Departamentos regionais	
Abebe Selassie	Diretor, Departamento da África
Krishna Srinivasan	Diretor, Departamento da Ásia e do Pacífico
Alfred Kammer	Diretor, Departamento da Europa
Jihad Azour	Diretor, Departamento do Oriente Médio e da Ásia Central
Nigel Chalk	Diretor, Departamento do Hemisfério Ocidental
Departamentos funcionais	
Julie Kozack	Diretora, Departamento de Comunicação
Bernard Lauwers	Diretor, Departamento Financeiro
Rodrigo Valdés	Diretor, Departamento de Finanças Públicas
Catriona Purfield	Diretora, Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades
Yan Liu	Conselheira Jurídica e Diretora, Departamento Jurídico
Tobias Adrian	Conselheiro Financeiro e Diretor, Departamento de Mercados Monetários e de Capitais
Pierre-Olivier Gourinchas	Conselheiro Econômico e Diretor, Departamento de Estudos
Bert Kroese	Estatístico-Chefe, Administrador de dados e Diretor, Departamento de Estatística
Christian Mumssen	Diretor, Departamento de Estratégia, Políticas e Avaliação
Gabinetes de informação e ligação	
Takashi Nagaoka	Diretor, Gabinete Regional para a Ásia e o Pacífico
Robert Powell	Representante Especial junto às Nações Unidas
James John	Assessor, Gabinetes na Europa
Departamentos de serviços de apoio	
Sabina Bhatia	Diretora, Departamento de Serviços Corporativos e Instalações
Brian Christensen	Diretor, Departamento de Recursos Humanos
Shirin Hamid	Diretora de informática e Diretora, Departamento de Tecnologia da Informação
Ceda Ogada	Secretário do FMI, Departamento de Secretaria
Gabinetes	
Michele Shannon	Diretora, Gabinete de Orçamento e Planejamento
Pablo Moreno	Diretor, Gabinete de Avaliação Independente
Ashlene van der Colff	Diretora, Gabinete de Auditoria Interna
Derek Bills	Assessor, Gabinete de Investimentos
Romy Bowers	Diretora, Gabinete de Gestão de Riscos

*Zeine Zeidane sucedeu a Abebe Selassie como Diretor do Departamento da África a partir de 4 de maio de 2026.
Mateusz Szczurek sucedeu a Alfred Kammer como Diretor do Departamento da Europa a partir de 27 de julho de 2026.
Silvana Tenreiro sucedeu a Pierre-Olivier Gourinchas como Diretora do Departamento de Estudos a partir de 10 de agosto de 2026.
Tobias Adrian deixou o FMI em 31 de agosto de 2026.

Recursos

Orçamento

Em abril de 2025, a Diretoria Executiva do FMI aprovou um orçamento administrativo líquido para o exercício 2026 de US\$ 1,552 bilhão, com orçamentos indicativos para os exercícios 2027 e 2028. Apesar de um modesto complemento estrutural para fazer face a necessidades críticas relacionadas à cibersegurança, o total de recursos para os departamentos diminuiu, refletindo a redução contínua do financiamento temporário.

O orçamento administrativo bruto foi de US\$ 1,991 bilhão, com US\$ 296 milhões destinados a reembolsos externos para

Um dos determinantes do orçamento do exercício 2026 foi o aumento da incerteza econômica global, que continuou a impor demandas substanciais ao Fundo. O FMI manteve seu papel essencial no apoio aos países membros para salvaguardar a estabilidade macroeconômica nos níveis global e nacional, fomentando políticas para impulsionar o crescimento liderado pelo setor privado e promovendo soluções cooperativas para desafios econômicos em comum por meio da supervisão, da concessão de empréstimos e do desenvolvimento das capacidades.

O orçamento continuou a ser orientado pelos

princípios da agilidade e disciplina, respaldados pela constante redefinição de prioridades e busca de ganhos de eficiência. Sob a liderança da Direção, um trabalho de revisão visando a simplificação reforçou ainda mais esses esforços ao racionalizar processos internos e resultados, com implicações para o exercício 2026 e para as alocações previstas para o médio prazo. Em meio à elevada demanda, o orçamento continua a envolver escolhas difíceis.

As despesas administrativas efetivas no exercício 2026

totalizaram US\$ 1,505 bilhão, o equivalente a 97% do orçamento líquido aprovado e 97,5% do orçamento geral, excluídos os Gabinetes dos Diretores Executivos e o Gabinete de Avaliação Independente. As despesas de capital no exercício aumentaram 2,4%, para US\$ 130 milhões, compreendendo US\$ 56 milhões em despesas diretas relacionadas a instalações e US\$ 74 milhões em despesas em tecnologia da informação.



Estados Unidos

atividades de desenvolvimento das capacidades (Quadro 3.1). O orçamento bruto também incorporou um transporte de exercícios anteriores de US\$ 73 milhões em recursos não utilizados financiado pelo FMI e um transporte de US\$ 8 milhões financiado com recursos externos. Além disso, um orçamento de capital de US\$ 133 milhões foi aprovado para uso ao longo de três anos para apoiar projetos de capital relacionados a instalações e tecnologia da informação, com destaque para gastos relativos a licenças na nuvem.

Quadro 3.1. Orçamentos administrativos e de capital, exercícios 2025-27

(em milhões de US\$, salvo outra indicação)

	EXERCÍCIO 2025		EXERCÍCIO 2026			EXERCÍCIO 2027	
	Orçamento total	Resultado	Estrutural	Orçamento total	Resultado	Estrutural	Orçamento total
Financiado pelo FMI (bruto)	1.642	1.492	1.601	1.694	1.548	1.651	1.729
Orçamento administrativo líquido	1.501	1.451	1.552	1.552	1.505	1.601	1.601
<i>D. q. Reuniões Anuais</i>	–	–	–	–	–	8	8
Receita geral ¹	49	41	49	49	43	50	50
Transporte de recursos (limite) e outros temporários	93	–	–	94	–	–	78
Financiado com recursos externos (bruto)	283	225	288	296	242	296	304
Receita (majoritariamente relacionada ao DC)	276	225	288	288	240	296	296
Transporte de recursos (limite)	8	–	–	8	–	–	9
Orçamento administrativo bruto	1.925	1.717	1.889	1.991	1.790	1.947	2.034
 Capital²	 122	 127	 133	 133	 130	 129	 129
Instalações	51	62	61	61	55	45	45
Melhorias no HQ2	3	0	0	0	1	12	12
Uso intensivo de TI	68	65	71	71	74	73	73
<i>Por memória:</i>							
Transporte de recursos (efetivo)	79	–	–	73	–	–	60

Fonte: FMI, Gabinete de Orçamento e Planejamento.

Nota: DC = Desenvolvimento das capacidades; HQ2 = prédio 2 da sede do FMI; TI = tecnologia da informação.

¹ Inclui comissões dos fundos fiduciários, administração do Processo de Revisão e Avaliação de Supervisão, comissões do Fundo Fiduciário para a Resiliência e Sustentabilidade e do Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento, receitas provenientes de publicações, estacionamento e do Hotel Concordia.

² Reflete a disponibilidade de financiamento de três anos.

Figura 3.1. Gastos do FMI por tipo de atividade, EF 2026¹

(Porcentagem)



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

¹ Exclui reservas centrais. Operações diretas com os países abrangem apenas o trabalho direto com os países membros.

² Apenas a prestação. Exclui atividades de desenvolvimento das capacidade relacionadas a políticas, análises e outras áreas de produção.

PARTE 3: QUEM SOMOS

Em termos de gastos por tipo de atividade no exercício 2026, o trabalho direto com os países continua a representar cerca de metade do total das despesas do FMI por meio da supervisão bilateral, do apoio financeiro e da prestação direta de desenvolvimento das capacidades (Figura 3.1). A supervisão multilateral, as políticas e análises, e a governança e as finanças do FMI respondem por mais um terço dos gastos do Fundo, com o restante correspondendo a atividades relacionadas aos serviços corporativos e órgãos de fiscalização.

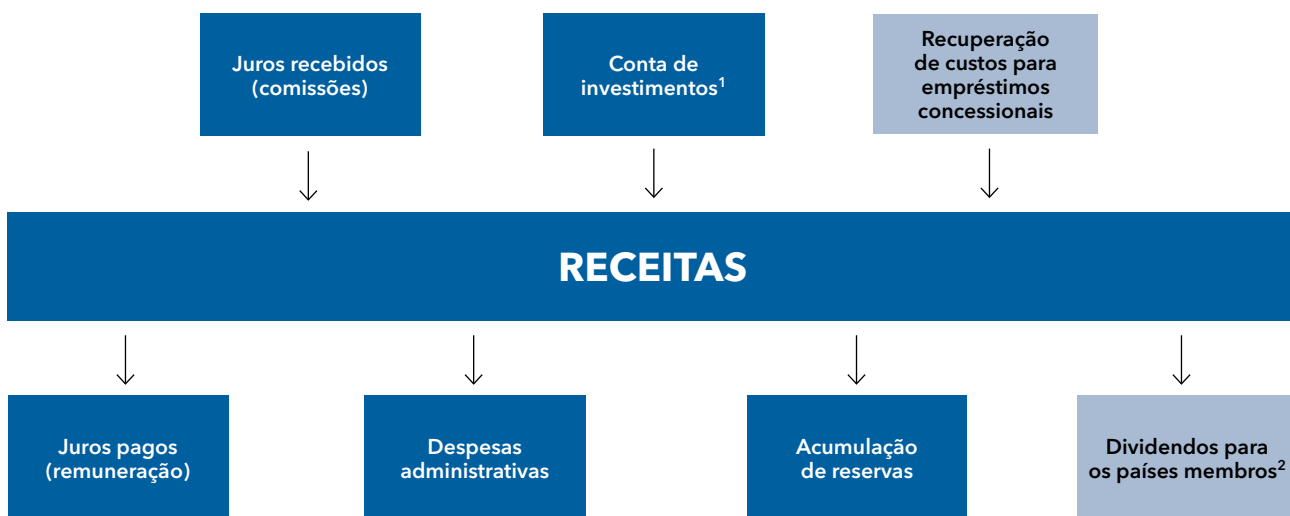
Em abril de 2026, a Diretoria Executiva autorizou um orçamento administrativo líquido para o exercício 2027 de US\$ 1,601 bilhão (US\$ 1,559 bilhão em dólares do exercício 2026), mantendo a orientação pelo princípio de longa data da prudência orçamentária.

Modelo de receitas, comissões, remuneração, repartição da carga e resultado global

Modelo de receitas

O FMI gera receitas principalmente por meio das suas atividades de empréstimos e de investimentos (Figura 3.2). A receita dos empréstimos provém das comissões sobre o uso de crédito da Conta de Recursos Gerais, incluindo as taxas de serviço e comissões de compromisso. Além disso, o uso do crédito do FMI está sujeito a sobretaxas no caso de empréstimos que ultrapassem um limite e uma duração específicos, como observado na Parte 2, e a comissões especiais em determinadas circunstâncias. O modelo de receitas do FMI depende também da renda de investimentos gerada pelos ativos nas Subcontas de Renda Fixa

Figura 3.2. Modelo de receitas do FMI

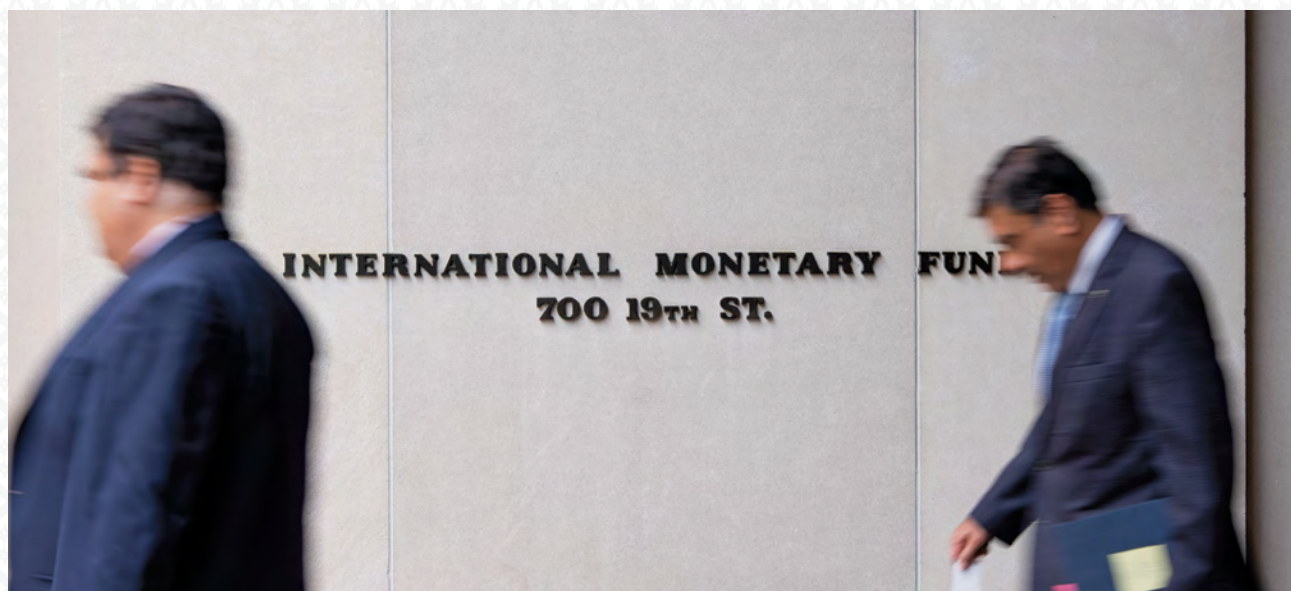


Fonte: Departamento Financeiro do FMI.

Nota: As caixas de cor cinza representam elementos incorporados ao modelo de receitas em 2008. O modelo de receitas de 2008 prevê que, se os saldos preventivos do FMI fossem considerados plenamente suficientes, seria apropriado que a Diretoria Executiva considerasse a possibilidade de pagar dividendos aos países membros.

¹ A Diretoria Executiva aprovou um pagamento inicial de US\$ 200 milhões a ser transferido para a Conta de Recursos Gerais (GRA) para cobrir despesas administrativas. De acordo com a regra de pagamentos reais constantes, o valor em dólares dos pagamentos futuros aumentará com base no índice de preços ao consumidor dos EUA a cada ano.

² Em 30 de abril de 2026, os países membros não haviam adotado a política de dividendos. Enquanto isso, em outubro de 2024, a Diretoria Executiva concordou com um quadro de distribuição dos recursos da GRA para facilitar a geração de mais recursos de subsídios do Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento (PRGT) e para apoiar uma capacidade de empréstimo anual autossustentável do PRGT de DES 2,7 bilhões. O quadro de distribuição consiste em 1) um plano de distribuição plurianual de um montante acumulado máximo de DES 6,9 bilhões dos recursos da GRA, realizado por meio de decisões de distribuição anual, e (2) a criação de uma conta administrada, a Conta Administrada de Colocação Provisória, na qual essas colocações seriam mantidas. Os montantes das transferências anuais são determinados como a disposição do resultado líquido da GRA do exercício em questão e/ou uma redução das reservas gerais do FMI.



Uma cooperativa de crédito para os países

Você pode depositar o seu dinheiro e receber juros. Ou tomar um empréstimo quando necessário, com taxas especiais para os membros. Não parece uma cooperativa de crédito? Em muitos aspectos, é uma descrição do FMI, uma cooperativa de crédito para países, com capacidade de empréstimo de quase US\$ 1 trilhão.

O nosso modelo de financiamento exclusivo significa que, diferentemente de outras organizações internacionais, os nossos países membros não são obrigados a nos fornecer apoio anual financiado pelos contribuintes. Em vez disso, os 191 países membros fazem um investimento inicial em uma participação acionária, uma “quota”, de forma simples, baseada na sua posição relativa na economia mundial.

Essa estrutura beneficia tanto os mutuários quanto os credores. Em contrapartida pelo fornecimento de recursos para os empréstimos do FMI, os países membros recebem um crédito sobre o FMI que, além de render juros, é líquido e seguro. Cumpre ressaltar que esse crédito conta como parte das reservas cambiais.

Ao combinar os recursos dos países membros, o FMI exerce uma função central na rede mundial de segurança financeira. Apoiamos os países mutuários que enfrentam dificuldades para cumprir as suas obrigações

financeiras internacionais, como o pagamento de importações ou o serviço da dívida externa.

Diante de uma crise assim, os países podem recorrer ao apoio financeiro do FMI para ajudar a amenizar o impacto sobre a população e ganhar margem de manobra macroeconômica para se reerguerem. Além disso, “ser correntista na cooperativa de crédito” dá acesso a juros bem mais baixos do que os oferecidos nos mercados de capitais privados.

Como uma crise em um país pode causar efeitos secundários em outros países, os nossos empréstimos beneficiam a todos. O mesmo ocorre com o nosso apoio na forma de estudos de ponta, assessoria em políticas e desenvolvimento das capacidades. Todos os nossos serviços são prestados dentro de um orçamento que permanece estável há duas décadas, levando em conta a inflação: o FMI se orgulha de oferecer um valor único aos nossos países membros.

PARTE 3: QUEM SOMOS



Estados Unidos

e de Dotação de Fundos da Conta de Investimentos do FMI. Devido à natureza pública dos recursos, a política de investimentos do FMI inclui, entre outras coisas, uma avaliação minuciosa dos níveis aceitáveis de risco, bem como salvaguardas para minimizar os conflitos de interesses reais ou aparentes. Em janeiro de 2022, a Diretoria Executiva revisou e aprovou a estratégia de investimento.

Comissões

Refletindo os níveis elevados de atividade de empréstimos, as comissões cobradas sobre o crédito em aberto continuam a ser a principal fonte de receita do FMI. A taxa básica de comissão sobre o financiamento do FMI inclui a taxa de juros do direito especial de saque (DES) mais uma margem fixa expressa em pontos-base.

O FMI também aplica sobretaxas a grandes volumes de crédito acima de um limiar definido em relação à quota do país membro (sobretaxa baseada no nível de crédito) e as sobretaxas são maiores quando o limiar for ultrapassado por um determinado período (sobretaxas baseadas no tempo decorrido) (Quadro 2.1).

Em outubro de 2024, no contexto da Revisão das Comissões e da Política de Sobretaxas, a Diretoria Executiva concordou em reduzir a margem da taxa de comissão de 100 pontos-base para 60 pontos-base acima da taxa de juros do DES para o restante do exercício 2025 – a partir de

1º de novembro de 2024 – e para o exercício 2026.

A Diretoria Executiva ressaltou a necessidade de vigilância contínua em vista da maior incerteza. Em abril de 2026, a Diretoria concordou em manter a margem em 60 pontos-base para o exercício 2027 até o exercício 2028, uma vez que não tinha havido mudanças fundamentais nos fatores subjacentes pertinentes para a definição da margem.

Além das comissões e sobretaxas, o FMI cobra taxas de serviço, comissões de compromisso e comissões especiais. Cada saque da GRA está sujeito a uma taxa de serviço de 0,5%. Uma

comissão de compromisso é cobrada no início de cada período de 12 meses sobre os montantes disponíveis para compra no âmbito de acordos da GRA durante aquele período. Essa comissão é reembolsável (salvo no caso dos acordos da Linha de Liquidez de Curto Prazo, em que a comissão não é reembolsável) quando é feita uma compra no âmbito do acordo durante o período coberto pela comissão. O FMI cobra também comissões especiais sobre as comissões vencidas, mas apenas nos primeiros seis meses em que um país membro está em mora.

Remuneração e juros sobre empréstimos

Do lado da despesa, o FMI paga juros (remuneração) aos países membros pelas suas posições credoras na GRA (o que se denomina “posições remuneradas na parcela de reserva”). A taxa de remuneração atual é igual à taxa de juros do DES. O FMI também paga juros, à taxa de juros do DES, sobre os empréstimos em aberto no âmbito dos Novos Acordos de Empréstimo (ver “Empréstimos do FMI”).

Repartição da carga

As taxas de comissão e remuneração podem ser ajustadas por meio de um mecanismo de repartição dos encargos que distribui o custo das obrigações financeiras vencidas de forma equitativa entre países membros devedores e credores.

Distribuição do resultado líquido e resultado global

Incluindo a renda líquida de investimentos de DES 984 milhões (US\$ 1,3 bilhão) transferida da Conta de Investimentos, o resultado líquido da GRA no exercício 2026 totalizou DES 1,9 bilhão (US\$ 2,6 bilhões) antes da decisão de distribuição do resultado líquido e da respectiva transferência de DES 1,38 bilhão (US\$ 1,9 bilhão) dos recursos da GRA para a Conta Administrada de Colocação Provisória, o que ocorreu de acordo com o quadro de distribuição aprovado pela Diretoria Executiva em outubro de 2024. O resultado líquido reflete, sobretudo, a renda decorrente da forte atividade de concessão de empréstimos e da renda dos investimentos, com destaque para a renda da subconta de Renda Fixa no montante de DES 833 milhões (US\$ 1,1 bilhão) e um pagamento da subconta de Dotação de Fundos no montante de DES 151 milhões (US\$ 208 milhões) a ser transferido para a GRA a fim de cobrir despesas administrativas. O resultado global do FMI referente ao exercício 2026, incluindo o resultado retido na Conta de Investimentos de DES 1 bilhão (US\$ 1,3 bilhão) e o ganho com a nova mensuração previdenciária de DES 1,9 bilhão (US\$ 2,6 bilhões), após a nova mensuração dos ativos e passivos do plano de benefícios aos empregados do Fundo, em conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira (Norma Internacional de Contabilidade 19, “Benefícios aos empregados”), foi de DES 4,8 bilhões (US\$ 6,5 bilhões).

Financiamento

O FMI disponibiliza recursos aos países membros por meio de quatro canais: empréstimos normais (não concessionais) com recursos da GRA, empréstimos concessionais com recursos do Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento e empréstimos de prazo mais longo para apoiar reformas estruturais do Fundo Fiduciário para a Resiliência e Sustentabilidade (os três mencionados

na Parte 2), além do Departamento de DES, por meio do qual os países participantes podem trocar os seus haveres em DES por moedas livremente utilizáveis.

Quotas: a fonte de recursos do FMI

Os 191 países membros do FMI proporcionam os recursos utilizados na concessão de empréstimos, principalmente por meio do pagamento das subscrições das suas quotas, que, junto com os votos básicos, também determinam o número de votos. Os empréstimos multilaterais e bilaterais servem como segunda e terceira linhas de defesa em tempos de crise. Graças a todos esses recursos, o FMI tem acesso a cerca de um trilhão de dólares para apoiar os países membros mediante empréstimos não concessionais. Os empréstimos concessionais, o financiamento acessível e de longo prazo para desafios estruturais de prazo mais longo, e o alívio da dívida para países de baixa renda são financiados por fundos fiduciários distintos com base em contribuições.

A cada país membro é atribuída uma quota em função, principalmente, da sua posição na economia mundial. As quotas do FMI totalizam DES 476 bilhões (cerca de US\$ 653 bilhões).¹ O valor do DES, a unidade de conta do FMI, é calculado com base numa cesta de moedas (ver a seção “Direito especial de saque”).

O Convênio Constitutivo prevê revisões periódicas das quotas dos países membros. O Conselho de Governadores do FMI faz revisões gerais das quotas pelo menos a cada cinco anos. As duas principais questões tratadas em uma revisão geral são o tamanho do aumento geral das quotas e a distribuição do aumento entre os países membros. Primeiro, uma revisão desse tipo permite ao FMI avaliar a adequação das quotas, tanto em termos das necessidades de financiamento do balanço de pagamentos dos países membros como em termos da própria capacidade do FMI para ajudar a suprir essas necessidades. Segundo, essa revisão permite aumentar as quotas dos países membros de modo a refletir as mudanças nas suas posições relativas na economia mundial. O Conselho de Governadores também pode, em qualquer tempo, aprovar ajustes nas quotas de países membros individuais que o solicitem.

¹Dois países membros, Eritreia e Síria, ainda não consentiram com o aumento proposto das suas quotas no âmbito da XIV Revisão Geral das Quotas. Quando o fizerem, e efetuarem os pagamentos respectivos, as quotas do FMI totalizarão DES 477 bilhões.

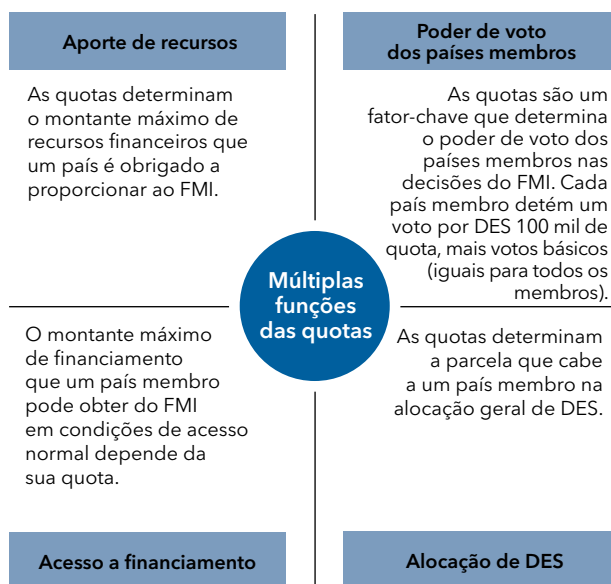
PARTE 3: QUEM SOMOS

O processo para todos os ajustes de quotas envolve, primeiro, uma decisão da Diretoria Executiva, o que exige a maioria dos votos. A proposta da Diretoria Executiva é então encaminhada ao Conselho de Governadores para votação. A aprovação pelo Conselho de Governadores requer a maioria de 85% do total de votos. As resoluções do Conselho de Governadores também podem conter outras condições para a efetivação do ajuste das quotas, como um limiar mínimo de consentimentos por parte dos países membros individuais para os respectivos aumentos das quotas. Por último, o país membro precisa consentir com o aumento da sua quota individual e pagá-la para que a nova quota passe a vigorar.

As revisões gerais nem sempre resultam em aumentos das quotas. Em sete delas, concluiu-se que não era necessário aumentar as quotas globais. Nas outras nove, os aumentos gerais das quotas variaram de 31% a 100%. Os aumentos das quotas durante as revisões gerais compreenderam um ou mais de três elementos possíveis: 1) um elemento proporcional igual distribuído a todos os países membros de acordo com as suas quotas existentes, 2) um elemento seletivo distribuído a todos os países membros de acordo com a fórmula das quotas e 3) um elemento *ad hoc* distribuído a um subconjunto de países membros de acordo com critérios acordados.²

Em 7 de novembro de 2023, a Diretoria Executiva propôs ao Conselho de Governadores um aumento das quotas de 50% alocado aos países membros proporcionalmente às quotas atuais (ou seja, um aumento das quotas “equi-proporcional”). Em 15 de dezembro de 2023, o Conselho de Governadores concluiu a XVI Revisão Geral das Quotas (XVI Revisão) e aprovou o aumento proposto de 50% das quotas dos países membros do FMI (DES 238,6 bilhões ou US\$ 327,4 bilhões), o que elevará o total das quotas para DES 715,7 bilhões (US\$ 982 bilhões).

Quando o aumento das quotas entrar em vigor, os recursos emprestados que compõem os Novos Acordos de Empréstimo (NAB) serão reduzidos e os Acordos Bilaterais de Empréstimo serão eliminados gradativamente. A resolução estabelece duas condições gerais para a entrada em vigor do aumento das quotas no âmbito da XVI Revisão:



- **A primeira condição** é que nenhum aumento de quota no âmbito da XVI Revisão poderá entrar em vigor a menos que os países membros com, pelo menos, 85% do total de quotas em 7 de novembro de 2023 tenham consentido por escrito ao aumento das suas quotas. A resolução estabeleceu o prazo de 15 de novembro de 2024 para que o FMI recebesse o consentimento dos países membros e previa que a Diretoria Executiva poderia estender esse prazo ao seu critério.
- **A segunda condição** é que nenhum aumento de quota no âmbito da XVI Revisão poderá entrar em vigor a menos que os participantes dos NAB apresentem o consentimento necessário para que a redução dos NAB seja efetivada.

² Para mais detalhes, ver *IMF Financial Operations*, capítulo 2.



Argélia

Quando essas condições gerais tiverem sido cumpridas, o aumento da quota de cada país membro entrará em vigor tão logo esse país membro tenha consentido e pagado esse aumento. Em 7 de novembro de 2025, a Diretoria Executiva prorrogou o prazo para o FMI receber o consentimento dos países membros para os aumentos das suas quotas no âmbito da XVI Revisão até 15 de maio de 2026. Em 8 de maio de 2026, a Diretoria Executiva aprovou outra prorrogação de seis meses do prazo, até 15 de novembro de 2026.³

Após implementado, o aumento das quotas fortalecerá a natureza baseada em quotas do FMI, reduzindo a dependência de empréstimos. As mudanças na composição da capacidade de empréstimo assegurarão a função primordial das quotas na capacidade do FMI para emprestar e, assim, ajudar a salvaguardar a estabilidade financeira global e responder às necessidades dos países membros em um mundo incerto e propenso a choques.

Pagamento das quotas

As condições para implementar a duplicação das quotas aprovadas na XIV Revisão Geral das Quotas, de cerca de DES 238,5 bilhões (cerca de US\$ 327,2 bilhões) para DES 477 bilhões (cerca de US\$ 654,5 bilhões), foram cumpridas em 26 de janeiro de 2016. Em 30 de abril de

2026, todos menos dois países membros haviam efetuado os pagamentos das quotas, o que representa mais de 99% do total do aumento das quotas; o total de quotas era de DES 476 bilhões (cerca de US\$ 653 bilhões).

Empréstimos do FMI

Como já foi dito, o FMI é uma instituição baseada em quotas. Contudo, os recursos obtidos através de empréstimos ainda são fundamentais para complementar os recursos derivados das quotas por meio dos Novos Acordos de Empréstimo (NAB) e dos acordos bilaterais de empréstimos (BBA), que constituem uma segunda e terceira linhas de defesa além das quotas.

Os NAB são um conjunto de acordos de crédito com 40 participantes que, atualmente, contribuem com um valor agregado de DES 364 bilhões. Quando a XVI Revisão entrar em vigor, o tamanho agregado dos NAB será reduzido para cerca de DES 303 bilhões. O atual período de cinco anos dos NAB, iniciado em 1º de janeiro de 2026, está definido até o fim de 2030. Os recursos dos NAB podem ser ativados quando é preciso complementar os recursos do FMI para prevenir ou fazer frente a disfunções no sistema monetário internacional. A ativação exige o consentimento de participantes que respondam por pelo menos 85% do montante contribuído no âmbito do total

³A prorrogação também estende o prazo para consentir com aumentos de quotas no âmbito da XIV Revisão Geral das Quotas.

PARTE 3: QUEM SOMOS



de acordos de crédito de participantes habilitados para votar. Os NAB foram ativados 10 vezes entre abril de 2011 e fevereiro de 2016, data da última ativação.

Os BBA servem como uma terceira linha de defesa, após as quotas e os NAB. A rodada atual (2020) de BBA começou em 1º de janeiro de 2021, com um prazo inicial que termina em 31 de dezembro de 2023. Após uma decisão da Diretoria Executiva em maio de 2023 e o posterior consentimento dos credores dos BBA, os seus prazos foram estendidos por um ano, até 31 de dezembro de 2024. No contexto da XVI Revisão, em março de 2024, a Diretoria Executiva aprovou, sujeito ao consentimento dos credores, um quadro para alterar e, assim, estender os BBA para além do fim de 2024, de modo a servirem como acordos transitórios para manter a capacidade de empréstimo do FMI até que o aumento da quota da XVI Revisão entrasse em vigor ou por um prazo máximo até o fim de 2027, com base na preferência de cada credor. Até 30 de abril de 2026, 39 BBA tinham sido estendidos para além do fim de 2024, fornecendo ao FMI um total equivalente a cerca de DES 136,6 bilhões em créditos. Os recursos provenientes dos BBA só podem ser ativados se o montante de outros recursos

do FMI disponíveis para financiamento cair para menos de DES 100 bilhões e se os NAB tiverem sido ativados ou se não houver recursos não comprometidos disponíveis no âmbito dos NAB. A ativação dos BBA exige a aprovação de credores bilaterais que representem 85% do total de crédito comprometido.

Direitos especiais de saque

O direito especial de saque (DES) é um ativo de reserva internacional criado pelo FMI em 1969 para complementar as reservas oficiais dos países membros. Serve como unidade de conta do FMI e de alguns outros organismos internacionais. O DES não é uma moeda nem um crédito sobre o FMI. É, antes, um crédito potencial sobre as moedas livremente utilizáveis dos países membros do FMI. Os países membros do FMI participantes do Departamento de DES (atualmente todos os países membros) podem trocar DES por moedas livremente utilizáveis.

O valor do DES é baseado numa cesta de cinco moedas: o dólar americano, o euro, o renminbi chinês, o iene japonês e a libra esterlina. As moedas incluídas são revistas periodicamente; a revisão mais recente da avaliação da cesta de DES foi concluída em maio de 2022, e a cesta atualizada entrou em vigor em 1º de agosto de 2022.

À data de 30 de abril de 2026, um total de DES 660,8 bilhões (equivalente a cerca de US\$ 906,6 bilhões) tinha sido alocado aos países membros, incluindo a alocação de DES 456,5 bilhões (equivalente a cerca de US\$ 650 bilhões) em agosto de 2021, a maior alocação de DES da história, aprovada no contexto da pandemia de COVID-19.

A fim de ampliar os benefícios da alocação, o FMI incentivou a canalização voluntária de DES de países com posições externas sólidas para os países mais necessitados. Seguindo essa recomendação, vários países membros canalizaram DES para apoiar as finanças do PRGT e do RST. Em 10 de maio de 2024, a Diretoria Executiva aprovou o uso de DES para a aquisição de instrumentos de capital híbrido emitidos por detentores autorizados. Essa operação

Atrasados devidos ao FMI

Desde junho de 2021, quando o Sudão quitou os seus pagamentos em atraso com o FMI, a instituição não teve mais casos de atrasados prolongados. Para prevenir e resolver os atrasos, o FMI tem em vigor uma estratégia de cooperação reforçada para esses casos. Ela consiste em três elementos: prevenção, colaboração intensificada e medidas corretivas. A prevenção é a primeira linha de defesa contra o surgimento de novos casos de atrasos e abrange, entre outras coisas, a supervisão das políticas econômicas dos países membros por parte do FMI, a condicionalidade da política ligada ao uso dos recursos do FMI, a avaliação da capacidade de pagamento dos países membros, as avaliações das salvaguardas dos bancos centrais dos países membros que recebem recursos do FMI

e a assistência técnica do FMI. A colaboração intensificada abrange os programas monitorados pelo corpo técnico para ajudar os países membros em atraso a estabelecer um histórico de políticas e pagamentos, levando à eventual quitação dos atrasados devidos ao FMI.⁴ Por último, são aplicadas medidas corretivas – com base em um cronograma crescente – aos países membros com obrigações financeiras em atraso que não cooperem ativamente com o FMI para resolver os seus problemas de atraso.



Estados Unidos

autorizada se soma às sete operações com DES autorizadas anteriormente, a saber: 1) liquidação de obrigações, 2) empréstimos, 3) compromissos, 4) transferências como garantia para o cumprimento de obrigações financeiras, 5) *swaps*, 6) operações a termo e 7) doações.

⁴O manual *2025 Handbook of IMF Facilities for Low-Income Countries*, no seu Apêndice III, traz mais informações sobre os programas monitorados pelo corpo técnico do FMI. Ver <https://www.imf.org/en/publications/policy-papers/issues/2025/04/23/2025-handbook-of-IMF-facilities-for-low-income-countries-566429>.



Prestação de contas e transparência

Estados Unidos



○ FMI presta contas aos seus 191 países membros e conta com um sistema de freios e contrapesos para garantir a responsabilização – desde auditorias internas e externas até a gestão de riscos e a avaliação das suas políticas e operações. Da mesma forma, espera-se que os quadros do FMI observem os mais elevados padrões éticos e de conduta no trabalho.

Comissões da Diretoria Executiva

As comissões da Diretoria têm como propósito geral examinar mais detalhadamente as questões sob a sua alçada e encaminhar à Diretoria completa os assuntos que exigem mais discussão. As comissões não são órgãos de tomada de decisão; apenas a Diretoria tem autoridade para tomar decisões. São reconstituídas a cada dois anos após o ciclo regular de eleição dos Diretores Executivos. A composição das comissões leva em conta o equilíbrio geográfico e de gênero; a necessidade de rodízio, com alguma continuidade, e a manutenção de uma distribuição razoável da carga de trabalho das comissões entre os Diretores Executivos. Os Diretores Executivos podem participar de todas as reuniões das comissões da Diretoria, exceto das da Comissão de Ética, cujas reuniões são restritas aos seus membros e ao

secretário permanente da comissão. Além das suas comissões, a Diretoria Executiva criou um Grupo de Trabalho sobre Diversidade de Gênero como órgão consultivo, para apoiar o avanço na representação e inclusão de gênero na Diretoria Executiva.

Comissão de Agenda e Procedimentos da Diretoria Executiva (APC): faz recomendações à Diretoria Executiva para apoiar a elaboração e a implementação ordenada de um programa de trabalho eficaz orientado pela Direção e da agenda da Diretoria Executiva. Para isso, promove procedimentos para a distribuição oportuna de documentos, a condução das reuniões da Diretoria, as datas, a logística e outros assuntos pertinentes, de modo a evitar o acúmulo na agenda da Diretoria,

PARTE 3: QUEM SOMOS

permitir que os Diretores Executivos tenham tempo suficiente de preparação e possibilitar o uso eficiente do tempo nas reuniões da Diretoria.

Comissão de Assuntos Administrativos da Diretoria Executiva (CAM): analisa aspectos gerais da política administrativa relacionados aos Diretores Executivos, Suplentes ou seus Assessores Seniores, Assessores e Assistentes Administrativos, que são encaminhados à Comissão pela Diretoria



Executiva ou por um Diretor Executivo, e comunica suas conclusões para decisão da Diretoria Executiva. Casos individuais que envolvam Diretores ou Suplentes individuais ou seus Assessores Seniores, Assessores ou Assistentes Administrativos sem implicações mais amplas serão considerados e decididos pela Comissão mediante solicitação de um Diretor Executivo, sem exigir consulta à Diretoria Executiva ou a sua apreciação. A comissão pode considerar e fazer recomendações sobre a política administrativa específica envolvida. Também elabora, considera e encaminha, para decisão da Diretoria Executiva, propostas orçamentárias para os Gabinetes dos Diretores Executivos, individualmente ou em conjunto, e executa as respectivas responsabilidades orçamentárias atribuídas à Comissão pela Diretoria.

Comissão de Ética (EC): formada por cinco Diretores Executivos, considera assuntos relacionados ao Código de Conduta da Diretoria Executiva. Além disso, caso solicitado pelos Diretores Executivos, a Comissão os orienta sobre aspectos éticos de conduta, incluindo a conduta dos seus Suplentes, Assessores Seniores, Assessores e Assistentes Administrativos. A Comissão de Ética também é responsável por aconselhar sobre questões que possam surgir com respeito à aplicação das normas de conduta ética ao ocupante do cargo de Diretor-Geral, de acordo com o contrato por este firmado. A Diretoria Executiva seleciona um presidente, quatro membros e cinco membros suplentes entre os Diretores Executivos. São selecionados por ocasião de uma eleição geral dos Diretores Executivos e cumprem mandatos de dois anos. Caso o presidente, um membro ou um membro suplente renuncie, um novo presidente, membro ou membro suplente será selecionado pela Diretoria Executiva para cumprir o restante do mandato.

Comissão de Avaliação (EVC): acompanha de perto a função de avaliação no FMI e assessora a Diretoria Executiva em questões relacionadas a avaliações, incluindo as do IEO. Também analisa o *Relatório Anual* com participação *ad hoc* do corpo técnico.

Comissão de Ligação com o Banco Mundial e Outras Organizações Internacionais (LC): com o objetivo de promover uma maior coerência na agenda econômica, financeira, comercial e de desenvolvimento internacional, sobretudo no que diz respeito à capacitação econômica, a Comissão faz um balanço dos desdobramentos em matéria de políticas e programas de outras organizações internacionais com mandatos complementares ao do FMI, em particular o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio. Coleta informações sobre essas instituições e mantém uma estreita ligação com elas, conforme necessário, com o objetivo de acompanhar a evolução dos acontecimentos. Além disso, faz recomendações à Diretoria Executiva a respeito das relações do FMI com essas organizações, conforme o caso.

Comissão de Pensões (PC): decide todas as questões de natureza de política geral decorrentes do Plano de Aposentadoria do Pessoal e todas as demais questões, como a interpretação das disposições do plano, que devam ser decididas por ela segundo as disposições do plano ou submetidas a ela por qualquer Comissão por ela nomeada. Compõem a Comissão o Diretor Geral, *ex officio*; quatro Diretores Executivos eleitos a cada dois anos pelos Diretores Executivos; um membro do corpo técnico nomeado pelo Diretor-Geral; e um membro do corpo técnico eleito a cada dois anos pelos participantes.

Comissão Ad Hoc de Seleção de Auditoria (ASC): é convocada para recomendar um candidato adequado para passar a fazer parte da Comissão de Auditoria Externa, cujas nomeações escalonadas para mandatos de três anos abrem uma vaga a cada ano. Tradicionalmente, é composta por cinco Diretores Executivos.

Grupo de Trabalho sobre Diversidade de Gênero: promove uma tomada de decisões mais inclusiva, confiável e fortalecida por parte da Diretoria Executiva graças a uma maior representação das mulheres na Diretoria e entre os Assessores Seniores e os Assessores nos Gabinetes dos Diretores Executivos. Para isso, elabora recomendações para a Diretoria Executiva sobre a evolução da sua estratégia de diversidade de gênero; promove essa estratégia dentro da Diretoria e entre os seus membros; e informa regularmente o progresso da implementação da estratégia à Diretoria Executiva, para encaminhamento ao Conselho de Governadores.



Estados Unidos

PARTE 3: QUEM SOMOS

Freios e contrapesos



O FMI faz auditorias de todas as suas operações. Os mecanismos de auditoria instituídos para melhorar a governança, transparência e prestação de contas incluem uma

firma de auditoria externa, a Comissão de Auditoria Externa independente e o Gabinete de Auditoria Interna (OIA).

A Comissão de Auditoria Externa é independente da administração do FMI e da sua Diretoria Executiva. Presta contas ao Conselho de Governadores e tem a responsabilidade geral de supervisionar a auditoria externa anual das demonstrações financeiras do FMI e o quadro de auditoria interna.

O Gabinete de Auditoria Interna desempenha uma função independente de consultoria e garantia cujo objetivo é proteger e fortalecer o FMI. O mandato do OIA tem duas vertentes: 1) avaliar a eficácia da governança, gestão de riscos e controles internos do FMI e 2) atuar como consultor para a melhoria dos processos operacionais do FMI ao prestar consultoria sobre as melhores práticas. Para assegurar a sua independência em relação aos departamentos e gabinetes do FMI, o OIA presta contas diretamente à Diretora-Geral e mantém um relacionamento funcional de prestação de contas com a Comissão de Auditoria Externa. A cobertura da auditoria do OIA em 2026 abarcou várias áreas importantes do FMI, como a gestão da Conta de Investimentos e dos Ativos de Investimento dos Fundos Fiduciários; aspectos administrativos relacionados aos peritos de assistência técnica de longo prazo; práticas dos departamentos para proteger os ativos mais valiosos do FMI (as chamadas “joias da coroa”); e o processo e as práticas de compras e contratações.

O OIA também publicou seu “Décimo Quinto Relatório de Monitoramento Periódico”, sobre a situação dos planos de implementação da Direção-Geral em resposta às recomendações do Gabinete de Avaliação Independente endossadas pela Diretoria. Apesar de a carga de trabalho do corpo técnico do FMI continuar pesada, a taxa de implementação foi comparável à informada no relatório de monitoramento anterior e superou a média dos últimos sete ciclos de monitoramento.

Saldos preventivos

Os saldos preventivos do FMI, que consistem em saldos ajustados nas reservas gerais e especiais, são um elemento crucial do quadro de



múltiplas camadas da instituição para gerir riscos financeiros e salvaguardar os recursos dos países membros. Constituem uma proteção para o FMI contra possíveis perdas resultantes de riscos financeiros, como riscos de crédito e de renda, entre outros. Além disso, ajudam a proteger o valor dos ativos de reserva representados pelas posições dos países membros no FMI e sustentam a troca de ativos por meio da qual o FMI presta assistência financeira aos países com necessidades do balanço de pagamentos. A meta de médio prazo de DES 25 bilhões para os saldos preventivos foi alcançada no fim do exercício 2024.

A Diretoria Executiva fez a revisão da adequação dos saldos preventivos do FMI de 2026 em 20 de março de 2026. Os Diretores concordaram amplamente que a meta atual dos saldos preventivos, juntamente com outros elementos do quadro de gestão de riscos financeiros do FMI e do quadro de provisões previsto na Norma Internacional de Informação Financeira 9, continua a oferecer um nível robusto de proteção financeira para o balanço do FMI e os créditos dos credores. A maioria dos Diretores apoiou a manutenção da atual meta de médio prazo para os saldos preventivos em DES 25 bilhões, enquanto alguns se mostraram a favor de elevá-la. Os Diretores concordaram, de maneira geral, em manter o piso atual para os saldos preventivos em DES 20 bilhões. Em 30 de abril de 2026, os saldos preventivos eram de DES 26,3 bilhões (US\$ 36,1 bilhões).

Gestão dos riscos institucionais



O Gabinete de Gestão de Riscos (ORM) executa uma função centralizada de gestão dos riscos institucionais para o FMI e constitui a segunda linha de defesa na arquitetura de governança quanto aos riscos do Fundo. Exerce uma supervisão independente e questiona as avaliações de risco da primeira linha, ajudando a assegurar que os riscos institucionais mais significativos do FMI sejam identificados, avaliados e geridos de maneira uniforme em todas as atividades. Por meio da implementação do quadro de gestão de riscos institucionais (ERM) do FMI e das declarações sobre tolerância ao risco aprovadas pela Diretoria, o ORM se beneficia de maior clareza e coerência nas práticas ligadas aos riscos; do reforço da prestação de contas e da transparência na supervisão de riscos; e de uma abordagem mais estruturada para a gestão de riscos que abrange toda a instituição. Ao agregar os riscos em toda a instituição e oferecer análises prospectivas, o quadro de ERM apoia a Direção e a Diretoria Executiva na tomada de decisões informadas e com consciência dos riscos.

Aprender com a experiência

O Gabinete de Avaliação Independente (IEO) faz avaliações independentes e objetivas das políticas e operações do FMI com base em critérios pertinentes ao mandato do FMI. O IEO é inteiramente independente da Direção-Geral e do corpo técnico do FMI e, na sua atuação, guarda a devida distância da Diretoria Executiva. Opera de modo a fortalecer a cultura de aprendizagem do FMI, reforçar a credibilidade externa da instituição e dar respaldo à Diretoria Executiva no cumprimento das suas responsabilidades de governança e supervisão. No exercício 2026, o IEO concluiu a sua avaliação sobre a assessoria do FMI em matéria de política fiscal e continuou a avançar em duas outras avaliações com os seguintes temas: i) o FMI e as mudanças climáticas; e ii) o envolvimento do FMI em questões relacionadas à dívida em países de baixa renda. Além disso, publicou a sua primeira política de avaliação, refletindo e atualizando o quadro fundamental que orienta o seu trabalho, e anunciou duas novas avaliações a serem iniciadas em 2026, com os temas: i) a assessoria do FMI sobre política monetária; e ii) considerações de economia política no trabalho do FMI. Mais informações sobre o IEO estão disponíveis em <https://ieo.IMF.org>.



PARTE 3: QUEM SOMOS



Ética e conduta dos funcionários



O FMI conta com um quadro de ética abrangente. De acordo com os seus termos de referência de 2026, o Assessor de Ética do FMI, na qualidade de Chefe do Gabinete de

Ética (ETO), assessora a Direção e o Departamento de Recursos Humanos na promoção de padrões éticos, fornece informações, oferece formação e cursos, e conduz atividades de sensibilização, além de prestar assessoria e orientação confidenciais sobre questões éticas ao pessoal do FMI. O ETO supervisiona a certificação anual de conduta ética e valores fundamentais e um programa anual de divulgação financeira, além de estar encarregado dos conflitos de interesses institucionais. No exercício 2026, lançou o curso obrigatório trienal de ética para todo o FMI e atendeu a uma demanda significativamente maior por cursos *ad hoc* sobre ética na sede do FMI e no exterior.

Interações com o público

O FMI se reúne regularmente com líderes políticos e autoridades nacionais e interage de forma rotineira com uma ampla gama de representantes do setor

privado, da mídia e de grupos de interesse não governamentais, como a comunidade acadêmica, organizações da sociedade civil, parlamentares, sindicatos e jovens líderes. Esse diálogo recíproco permite ao FMI explicar as suas abordagens e assimilar conhecimentos para melhorar a sua assessoria em política econômica.



Avaliações das salvaguardas



**AVALIAÇÕES DAS
SALVAGUARDAS
CONCLUÍDAS ATÉ À DATA**
SAIBA MAIS ON-LINE

Quando o FMI disponibiliza financiamento a um país membro, é efetuada uma avaliação das salvaguardas para obter uma garantia razoável de que o banco central do país é capaz de gerir os recursos que recebe do FMI e apresentar dados monetários confiáveis no âmbito do programa apoiado pela instituição.

No fim de abril de 2026, tinham sido conduzidas

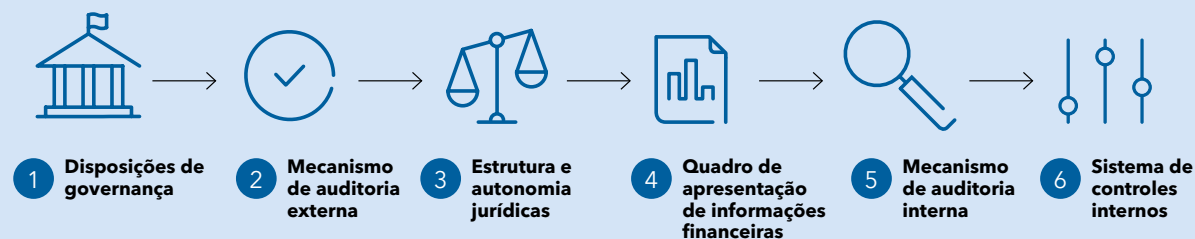
414 avaliações

envolvendo

106 bancos centrais

**4 no exercício 2026, com 8 em andamento
no fim do exercício 2026**

As avaliações examinam as operações dos bancos centrais em seis áreas:



De 2000 até o fim de abril de 2026, foram conduzidas 414 avaliações envolvendo 106 bancos centrais; quatro dessas avaliações foram concluídas no exercício 2026 e oito estavam em andamento no fim do exercício.

O FMI também monitora os avanços dos bancos centrais na melhoria dos quadros de salvaguardas e na implementação das recomendações feitas nas avaliações. O monitoramento continua enquanto o crédito do FMI permanece pendente. Cerca de 73 bancos centrais estão sujeitos a monitoramento atualmente. Seminários sobre salvaguardas também são organizados como parte das atividades de sensibilização. No exercício 2026,

três seminários regionais abordaram as principais práticas internacionais nas áreas do quadro de salvaguardas, com destaque para questões temáticas nas operações dos bancos centrais.

Além disso, quando um país membro solicita acesso excepcional aos recursos do FMI, é feita uma revisão das salvaguardas fiscais do Tesouro do Estado sempre que uma parcela substancial dos recursos – pelo menos 25% – se destina a financiar o orçamento do Estado e sempre que a exposição de crédito combinada é alta, com pelo menos 25% dos recursos também destinados a financiar o orçamento. No fim do exercício 2026, uma revisão das salvaguardas fiscais havia sido concluída e outra estava em andamento.

Responsabilidade social corporativa



Zâmbia



A sustentabilidade e as iniciativas filantrópicas são o baluarte do programa de responsabilidade social corporativa do FMI.

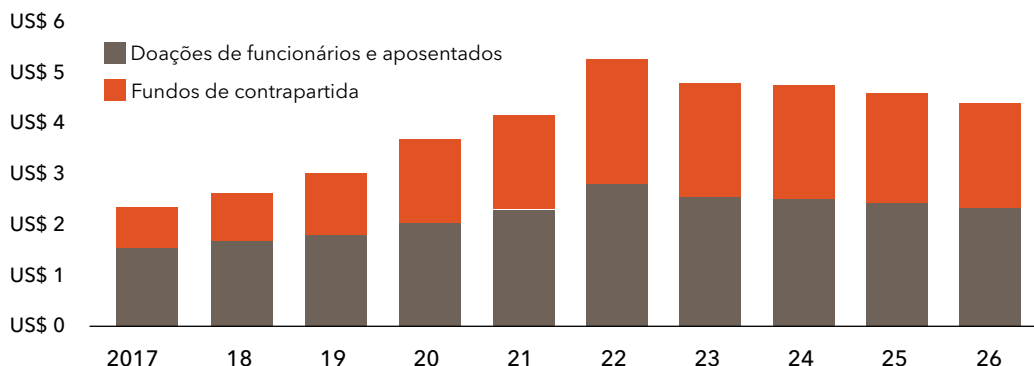
Sustentabilidade

O FMI tem a responsabilidade perante seus 191 países membros de administrar os recursos de forma eficaz. Ao incorporar a sustentabilidade às suas principais operações, a instituição reduziu consideravelmente o consumo de energia e a geração de resíduos em 2026, gerando economias mensuráveis. Os destaques são:

- **Reuniões Anuais e de Primavera.** O FMI obteve sua terceira recertificação consecutiva para eventos sustentáveis (Organização Internacional de Normalização [ISO] 20121) em fevereiro de 2026. Além disso, vem reduzindo sistematicamente o desperdício e administrando as despesas relacionadas aos eventos ao enfatizar o reúso e o aluguel de materiais promocionais e de identidade visual.
- **Tecnologias e equipamentos com eficiência energética.** Tecnologias e equipamentos que economizam energia foram implantados em todos os edifícios da sede do FMI, reduzindo o consumo de energia e, ao mesmo tempo, aumentando a eficiência operacional e a funcionalidade.

PARTE 3: QUEM SOMOS

Figura 3.3. Doações de funcionários e aposentados e fundos de contrapartida, EF 2017-26
(em milhões de US\$)



Fonte: Departamento de Comunicação do FMI

Nota: Os dados abrangem apenas doações de funcionários na ativa e aposentados e fundos de contrapartida do FMI, excluindo outras contribuições, como doações e contribuições da Direção.

Giving Together

Giving Together é o programa filantrópico do FMI, sustentado por generosas contribuições de funcionários na ativa e aposentados, complementadas por uma contrapartida do FMI de 50% ao longo do ano, e por uma campanha de doações a cada outono, que dura dois meses e oferece uma contrapartida de 100%. Conta também com doações, contribuições da Direção-Geral e da instituição, e um variado leque de atividades de voluntariado.

• **Voluntariado.** O voluntariado se tornou uma parte ainda mais importante e altamente valorizada do programa *Giving Together* neste exercício, com muitas iniciativas lideradas por funcionários e realizadas em parceria com instituições filantrópicas locais.

No exercício 2026, o programa ampliou ainda mais o voluntariado no FMI, com 230 funcionários registrando 463 horas de trabalho voluntário em 16 ocasiões para apoiar oito causas. Em setembro de 2024, o FMI lançou a sua primeira campanha de doação de sangue em parceria com a Cruz Vermelha Americana, tendo coletado 25 unidades de sangue, o suficiente para ajudar

a salvar mais de 80 vidas. Com base nesse sucesso, foram realizadas cinco campanhas de doação de sangue neste exercício, com 260 doadores contribuindo 170 unidades, o que pode salvar até 510 vidas.

Além disso, a equipe de Direção do FMI e vários departamentos lideraram iniciativas comunitárias ao longo do exercício 2026, como a organização de aulas de educação financeira para comunidades carentes, a participação em maratonas para apoiar os esforços para acabar com a situação de rua em Washington, DC, a confecção de cobertores para pessoas sem-teto, o processamento e a distribuição de livros para crianças carentes, o envolvimento em voluntariado baseado em habilidades e a organização de campanhas de arrecadação de alimentos para bancos de alimentos locais. Os gabinetes e centros regionais e locais também participaram de atividades locais de voluntariado, fortalecendo ainda mais a interação com a comunidade e o envolvimento dos funcionários.



Funcionários do FMI participam do lançamento da campanha de doações de 2025, colaborando com organizações sem fins lucrativos e apoiando iniciativas comunitárias.

- **Campanha de doações de outono – “Juntos prosperamos”.**

A campanha deste ano buscou promover a visão de um futuro mais próspero e apoiou organizações que lidam com desafios relacionados à educação, ao emprego, à saúde e ao bem-estar. A campanha arrecadou US\$ 3.166.308,17 em doações e fundos de contrapartida. A participação dos funcionários atingiu um recorde de 65,71%, a maior já registrada nas campanhas de doações, refletindo um forte engajamento em todo o FMI, liderado por representantes em vários departamentos. No total, 2.437 funcionários na ativa e 322 aposentados contribuíram, demonstrando um amplo apoio ao programa.

- **Ajuda humanitária e assistência após desastres.**

O programa *Giving Together* organizou quatro campanhas de arrecadação para apoiar esforços humanitários e de assistência após desastres, levantando um total de US\$ 200.000. Essas iniciativas proporcionaram apoio importantíssimo às comunidades afetadas pelas enchentes no Paquistão e no Sudeste Asiático, pelo furacão Melissa no Caribe e pela guerra no Oriente Médio e consequentes necessidades humanitárias. As contribuições foram direcionadas a organizações internacionais de assistência humanitária, levando ajuda essencial a crianças e famílias afetadas.

PARTE 3: QUEM SOMOS

Giving Together em números Exercício 2026

US\$ 5.128.679

Montante total arrecadado

US\$ 200.000

Ajuda humanitária e assistência após desastres

US\$ 634.950

Doações

US\$ 75.000

Doações institucionais

US\$ 60.000

Doações da Direção

1.580

Total de organizações beneficiadas em todo o mundo

463

Número de horas de trabalho voluntário

170

Unidades de sangue coletadas

510

Vidas salvas por meio de campanhas de doação de sangue

65,71%

Participação recorde dos funcionários

• Doações e contribuições da instituição

e da Direção. Há muito tempo o FMI apoia iniciativas comunitárias que promovem a resiliência e independência econômicas na região metropolitana de Washington por meio de doações anuais e parcerias de longa data. No exercício 2026, o programa *Giving Together* fez 45 doações, totalizando US\$ 634.950,00, a entidades filantrópicas locais na região que atendem à comunidade e outras partes. O FMI também contribuiu mais de US\$ 75 mil em doações institucionais a parceiros locais para apoiar causas como a compra de equipamentos para campanhas de doação de sangue, o combate à situação de rua e o fornecimento de livros para crianças carentes.

Durante o exercício, a Direção do FMI doou US\$ 60.000 durante missões a Burkina Faso, Fiji, Gâmbia e Sri Lanka. Além disso, o FMI fez doações institucionais no montante total de US\$ 60 mil a organizações sem fins lucrativos locais e internacionais, em apoio ao trabalho delas em prol da comunidade.

Funcionários do FMI participam de uma campanha de doação de sangue da Cruz Vermelha Americana na sede do FMI.



Nosso pessoal, nossa missão, nossa cultura

A estratégia do FMI em matéria de recursos humanos visa atrair e reter funcionários com os mais altos níveis de especialização e conhecimento técnicos e, ao mesmo tempo, promover um ambiente de trabalho enriquecedor e inclusivo que reflita a diversidade dos nossos países membros. Esses objetivos estão incorporados nas nossas práticas de recursos humanos, com foco em fortalecer o desenvolvimento e a gestão de talentos por meio de processos robustos de recrutamento e promoção, responsabilização da liderança, planejamento da sucessão e eficácia organizacional. As prioridades são alcançar uma representação geográfica mais sólida e implementar a Estratégia de Acessibilidade e Inclusão para Pessoas com Deficiência, que visa promover um ambiente no qual os funcionários com deficiência e seus cuidadores possam prosperar. Esses esforços sustentam o nosso compromisso com um ambiente de trabalho que estimule o alto desempenho e a participação, levando à frente a missão global do FMI.



A Diretora-Geral Kristalina Georgieva participa de um evento cultural tailandês durante as Reuniões Anuais de 2025 do FMI e GBM em Washington, DC.

CARTA DE ENCAMINHAMENTO AO CONSELHO DE GOVERNADORES

1º de agosto de 2026

Senhor Presidente,

Tenho a honra de apresentar ao Conselho de Governadores o Relatório Anual da Diretoria Executiva para o exercício financeiro findo em 30 de abril de 2026, em conformidade com a Seção 7 a) do Artigo XII do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional e a Seção 10 dos Estatutos do FMI. Conforme o disposto na Seção 20 dos Estatutos, os orçamentos administrativo e de capital do FMI aprovados pela Diretoria Executiva para o exercício financeiro findo em 30 de abril de 2026 são apresentados no website do *Relatório Anual*. As demonstrações financeiras auditadas do Departamento Geral, do Departamento de DES e das contas administradas pelo FMI para o exercício findo em 30 de abril de 2026, juntamente com os respectivos relatórios da firma de auditoria externa, são apresentados no Apêndice VI, assim como em IMF.org/AR2026. O processo de auditoria externa foi supervisionado pela Comissão de Auditoria Externa formada por Teruhisa Tamai (Presidente), Cathryn Ingram e Roch Huppé, em conformidade com a Seção 20 c) dos Estatutos do FMI.

Atenciosamente,



Kristalina Georgieva

Diretora-Geral e Presidente da Diretoria Executiva



Acesse e baixe o *Relatório Anual 2026* juntamente com as demonstrações financeiras e outros recursos, no website do Relatório Anual do FMI. IMF.org/AR2026

O *Relatório Anual* foi preparado pela Divisão de Publicações do Departamento de Comunicação do FMI, em consulta com vários departamentos da instituição. Jeremy Harrison, Harriet Tolputt e Jim Beardow supervisionaram o trabalho da equipe do relatório, sob a direção do Comitê de Avaliação da Diretoria Executiva, presidido por André Roncaglia. Harry Kruglik chefiou a equipe de redação e Peijing (Penny) Li foi responsável pela edição e gestão do projeto. Denise Bergeron coordenou a produção do relatório. Joe Procopio atuou como consultor criativo e José Morales Mendizabal auxiliou no design digital.

© 2026 Fundo Monetário Internacional.
Todos os direitos reservados.

Design: Feisty Brown, feistybrown.com
Web design: Cantilever, cantilever.co

ILUSTRAÇÃO

14 Chad Hagen/joaniebrep.com
20 Dan Funderburgh/debutart.com

FOTOGRAFIA

CAPA	Unsplash/Vadim Kaipov
3	IMF Photo/Kim Haughton
4-5	IMF Photo/Lisa Marie David
6-7	IMF Photo/Julien Durand
10-11	istock/Wengen Ling
12-13	IMF Photo
17	istock/thitvong
18-19	IMF Photo
23	istock/Karl Hendon
24	IMF Photo
26	IMF Photo/Scott McIntyre
27	unsplash/Martin Widenka
27	IMF Photo
27	IMF Photo/Kim Haughton
28	IMF Photo/Cristina Baussan
29	IMF Photo/Elyor Nemat
29	istock/peeterv
30	IMF Photo/Wojciech Grzedzinski
30	IMF Photo
37	IMF Photo/Scott McIntyre
38	IMF Photo
39	IMF Photo/Kim Haughton
40	IMF Photo/Kim Haughton
41	IMF Photo/Armend Nimani
41	IMF Photo
42	IMF Photo/Walter Hurtado Lozano
43	IMF Photo
43	IMF Photo
44	IMF Photo/Melissa Lyttle
45	IMF Photo/Kim Haughton
46	IMF Photo
54	IMF Photo
55	IMF Photo/Yam G-Jun
56-57	IMF Photo
58-59	IMF Photo/Kim Haughton
60-61	IMF Photo/Kim Haughton
64	IMF Photo
67	IMF Photo
68	IMF Photo/Stephen Voss
71	IMF Photo/Kim Haughton
72	IMF Photo/Stanimir Filippov
73	IMF Photo
74	IMF Photo
75	IMF Photo/Cory Hancock
76	IMF Photo
77	IMF Photo/Nicholas Karlin
79	IMF Photo
80	IMF Photo
82	IMF Photo/Kim Haughton
83	IMF Photo
85	IMF Photo/Nicholas Karlin
86	IMF Photo/Melissa Lyttle
87	IMF Photo/Ariana Lindquist

SIGLAS E ACRÔNIMOS

AGIP	Avaliação da Gestão do Investimento Público
AI	Inteligência artificial
AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
AML/CFT	Combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo
BBA	Acordo bilateral de empréstimo
CCRT	Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes
CD	Desenvolvimento das capacidades
COVID-19	Doença por coronavírus
DES	Direito especial de saque
DMF	Mecanismo de Gestão da Dívida
DSSI	Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida
ECF	Linha de Crédito Ampliado
EF	Exercício financeiro
EFF	Programa de Financiamento Ampliado
EMED	Economias de mercados emergentes e em desenvolvimento
ERP	Estratégia de Redução da Pobreza
FCL	Linha de Crédito Flexível
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSAP	Programa de Avaliação do Setor Financeiro
FSSF	Fundo para a Estabilidade do Setor Financeiro
G20	Grupo dos Vinte
GBM	Grupo Banco Mundial
GRA	Conta de Recursos Gerais
GRQ	Revisão Geral das Quotas
HIPC	Iniciativa para os Países Pobres muito Endividados
IEO	Gabinete de Avaliação Independente
MNRW	Gestão da Riqueza dos Recursos Naturais
NAB	Novos Acordos de Empréstimo
ONU	Organização das Nações Unidas
PFTAC	Centro de Assistência Técnica Financeira do Pacífico
PIB	Produto interno bruto
PLL	Linha de Precaução e Liquidez
PRGT	Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento
RCF	Linha de Crédito Rápido
RFI	Instrumento de Financiamento Rápido
RNB	Renda nacional bruta
RSF	Linha de Crédito para a Resiliência e Sustentabilidade
RST	Fundo Fiduciário para a Resiliência e Sustentabilidade
SBA	Acordo <i>Stand-By</i>
SCF	Linha de Crédito <i>Stand-By</i>
SLL	Linha de Liquidez de Curto Prazo
UCT	Parcela superior de crédito

**“Enquanto os
nossos países
membros navegam
pelas correntes
contrárias da
atualidade, o FMI
está ao lado deles,
diferenciando o seu
apoio para atender
às necessidades
de cada um”.**

KRISTALINA GEORGIEVA
Diretora-Geral



PUBLICATIONS



PORTUGUESE